



resenha

de política exterior do brasil

número 36, janeiro, fevereiro e março de 1983

1. o encontro dos presidentes joão figueiredo e reynaldo bignone, da argentina
2. a visita do ministro dos negócios estrangeiros da finlândia
3. primeira reunião da comissão nacional para assuntos da aladi
4. em cartagena, a reunião de coordenação latino-americana do sela
5. brasil envia observador à VII reunião dos países não-alinhados, em nova delhi
6. saraiva guerreiro visita o gabão, costa do marfim e guiné-bissau

ministério das relações exteriores

o encontro dos presidentes joão figueiredo e reynaldobignone, da argentina

Mensagem do Presidente João Figueiredo ao povo argentino,
em 12 de janeiro de 1983.

É com grande prazer que me dirijo à nação argentina na véspera do encontro, em Foz do Iguaçu, com sua excelência o Senhor General-de-Divisão Reynaldo Benito Antônio Bignone.

Trago, sempre em minhas recordações o período em que, ainda menino, vivi, em companhia de meus pais, na acolhedora cidade de Buenos Aires. Conheci, então, de perto, a nobreza do povo argentino, suas qualidades humanas e seu idealismo. Compreendi quão fortes são os sentimentos e os anseios que nos unem.

Tais afinidades naturais refletem-se no empenho colocado por nossos países na ampliação e integração dos seus vínculos físicos, preparando um terreno fértil e seguro para a expansão do relacionamento bilateral.

A ponte sobre o Rio Iguaçu, cuja construção está prestes a ser iniciada, expressa, em sua realidade concreta e em suas conotações simbólicas, a perenidade de nossa aproximação. Também significativa nesse sentido será a celebração do contrato de interconexão, fornecimento e intercâmbio de energia elétrica entre os dois países.

Essas iniciativas contribuem para o aprimoramento das nossas relações, conforme desejos mutuamente expressos em reuniões anteriores que mantive com Chefes-de-Estado argentino. O próximo encontro de trabalho com sua Excelência, o Senhor Presidente da República Argentina, permitir-nos-á, ademais, proceder, com franqueza e lealdade, a análise da evolução e das perspectivas das relações brasileiro-argentinas.

Tenho presente os momentos difíceis enfrentados pela Argentina no primeiro semestre de 1982 e a necessidade de serem reconhecidos seus direitos sobre as Ilhas Malvinas. O Brasil, como é sabido, tem deixado claro seu apoio nesse sentido e no do encaminhamento pacífico da questão mediante negociações. Reiterei publicamente nossos pontos de vista ao discursar na Assembleia da Organização das Nações Unidas, em setembro último.

Inspirado nesses sentimentos e no permanente afeto dedicado pelo povo brasileiro ao argentino, formulo sinceros votos de prosperidade à Nação irmã, num ano cujos primeiros dias auspiciosamente consignarão novos marcos nas relações entre a Argentina e o Brasil.

Muito obrigado.

figueiredo a bignone: 'o brasil e a argentina honram suas tradições'

Discursos dos Presidentes João Figueiredo e Reynaldo Bignone, em Foz do Iguaçu, em 13 de janeiro de 1983, por ocasião do encontro de trabalho entre os dois Chefes de Estado.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor General-de-Divisão Reynaldo Bignone, presidente da Nação Argentina.

O início da construção da ponte internacional sobre o Rio Iguaçu, constitui mais uma evidência do espírito de cooperação que inspira a amizade entre o Brasil e a Argentina. Reflete a capacidade dos nossos povos, dedicada à realização dos interesses comuns.

Ligando as margens argentina e brasileira do Rio Iguaçu, a ponte contribuirá para o desenvolvimento dessa área, nos planos material e humano, e servirá para dinamizar o intercâmbio de bens e de pessoas entre nossos países.

Esse projeto não é iniciativa casual nem isolada. Inscreve-se no desígnio comum às nações da região de ampliar e fortalecer sua integração física. A união das redes de transportes e comunicações reflete nosso firme empenho no progresso econômico regional e na maior aproximação entre nossos povos.

A convergência de três fronteiras nacionais e a disposição dos que aqui vivem ensejam o estreitamento e a diversificação dos laços tradicionais de amizade e colaboração entre os países interessados, prefigurando um futuro auspicioso para a região.

Senhor Presidente:

Tanto o projeto binacional, que hoje se inicia, quanto outros relevantes planos

foram idealizados e concretizados sob o signo do melhor entendimento. Com esse mesmo espírito, nossos governos, e o da República do Paraguai, aqui concluíram, em 1979, o acordo que consagra a convergência de interesses entre os empreendimentos hidrelétricos de Itaipu e Corpus.

Permeia essas iniciativas o ideal do desenvolvimento equilibrado, com vantagens para todas as partes. Nossa cooperação tem sido traduzida num conjunto de atos bilaterais, celebrados, nos últimos anos, entre os quais se destaca o que criou a Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a construção desta ponte, subscrito por ocasião da visita que fiz a Buenos Aires, em maio de 1980.

Temos dado particular alento à interconexão dos sistemas de transporte terrestre de um e outro país. Argentina e Brasil construíram, no passado, a ponte que liga as cidades de Uruguaiana a Paso de Los Libres sobre o Rio Uruguai. A ponte sobre o Rio Iguaçu será um novo elo entre os dois países. O Rio Uruguai há de ser também o cenário de interconexões elétricas e, oportunamente, de importantes projetos hidrelétricos brasileiro-argentinos.

Ainda hoje celebrar-se-á o contrato de interconexão, fornecimento e intercâmbio de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina. Presenciaria essa solenidade com a grata convicção de que corresponde a mais uma iniciativa promissora em nosso processo de cooperação recíproca.

A conduta de nossos países prova a firme intenção de enfrentar os desafios da prosen-

te conjuntura internacional, decorrência da crise econômica que afeta com maior severidade os países em desenvolvimento.

Senhor Presidente:

O Brasil e a Argentina honram suas tradições, mostrando coragem no presente, e confiança no futuro. Timbram em não se deixar imobilizar pelas dificuldades e em perseverar no esforço pelo melhor destino de nossos povos. Estou seguro de nosso êxito. Não nos falta nem coragem, nem capacidade, para atingir esses objetivos.

Os laços forjados entre o Brasil e a Argentina ultrapassam a relação bilateral. Em nossos contatos, temos sempre presente nossa condição de nações latino-americanas que, desde cedo, tiveram na solidariedade um dos componentes de seu progresso.

Os episódios que, no curso do ano passado, envolveram a Argentina no Atlântico Sul, provocaram, de nossa parte, manifestações inequívocas de solidariedade. Com o mesmo ânimo temos sustentado a necessidade de uma solução negociada para o caso, conforme acentuei em discurso na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Novamente demonstramos, assim, que a solidariedade não é para nós, conceito retórico, carente de vontade de atualização e aprimoramento. A solidariedade brasileiro-argentina, criativa e renovadora, é uma realidade dinâmica, vivida com o ânimo de dar um conteúdo cada vez mais rico às nossas relações. Este, senhor presidente, o sentido desta celebração, consagradora de nossa convivência fraterna, e dos altos valores que têm inspirado, e que hão de inspirar para sempre a nossa perene amizade.

PRESIDENTE REYNALDO BIGNONE

Excelentíssimo senhor presidente:

Não poderia Vossa Excelência ter escolhido melhor circunstância para convidar-me a

conversar sobre os grandes temas que interessam a nossos povos. Difícil seria encontrar um símbolo de maior riqueza para esta reunião, que a ponte cuja construção se iniciará hoje.

Esta obra satisfaz uma bem justificada aspiração desta região de Misiones e dará mais fluidez ao tráfego de nossas mercadorias. Mas acima de tudo, vinculará nossos povos e será um ponto mais de contato direto e permanente entre povos que se necessitam mutuamente e se complementam de forma natural e espontânea.

Nossos países, unidos por semelhantes raízes espirituais, culturais e geográficas, e por ideais compartilhados de paz e progresso para a América Latina, possuem também características nacionais bem definidas. Aproximar essas diversidades que tanto podem enriquecer um povo e outro, redundará em claros benefícios para ambos e para outros povos irmãos do continente.

Mas, esta ponte, senhor presidente, simbolizará além disso, pelo momento em que se inicia sua construção, uma nova etapa no futuro histórico da América Latina. Os difíceis momentos vividos recentemente pelo meu país demonstraram cabalmente a imperiosa necessidade de unir esforços em prol de um maior espaço político e de um mais amplo eco de nossas justas reivindicações no concerto internacional.

As inúmeras provas de solidariedade recebidas pela Argentina no transcurso de uma luta, ainda não terminada, para restaurar a sua integridade erradicando de seu território os últimos vestígios de um colonialismo soberbo e obsoleto, mostraram ao mundo inteiro o vigor de nossas comuns raízes latino-americanas.

Essa fraternidade dará renovado impulso e maturidade às relações com todos os povos da América, enquadradas no respeito aos princípios de não-intervenção nos assuntos internos de outras nações, a igual-

dade soberana dos Estados e a solução pacífica das controvérsias.

Em um mundo cada vez mais interdependente, se impõe mais do que nunca a cooperação regional. Primeiro, para avaliar em forma conjunta os efeitos dessa crescente interdependência sobre o desenvolvimento regional e nacional. Depois, para determinar os possíveis cursos de ação, a fim de superar as limitações causadas por políticas elaboradas fora de nossos países, nem sempre convenientes para o progresso e bem-estar das nossas nações.

É o único caminho eficiente para que todos e cada um dos países de nossa região aumentem sua capacidade negociadora, multipliquem suas potencialidades, otimizem seus recursos, defendam o preço de seus produtos, impulsionem o desenvolvimento e criem as condições para que nossos povos e governos possam construir uma América Latina integrada espiritual e fisicamente. Esta construção que se inicia tem precisamente esse sentido.

Passaram-se 35 anos desde que foi habilitada a ponte que une Paso de Los Libres a Uruguaiana. É demasiado o tempo que transcorreu sem que em este lapso de progresso e desenvolvimento tenhamos tido a oportunidade de edificar outra obra de integração física.

Considero que a circunstância de nos encontrarmos tão perto do Rio Paraná, cujo aproveitamento hidrelétrico é uma empresa e irmanará ainda mais nossos países com a República do Paraguai, acrescenta valor a este ato.

Levou tempo lograr entendimento para conciliar nossos interesses, na utilização desse magnífico curso fluvial, e houve projetos e iniciativas que sofreram os efeitos da espera. No entanto, a serena maturidade nos abriu agora todos os caminhos, e esta ponte, precisamente, é um novo elo entre nossos destinos.

Em suma, estamos realizando sensíveis progressos na cooperação bilateral: novos tratados criaram possibilidades que não tínhamos e há projetos que avançam por esses novos caminhos. A interconexão dos sistemas elétricos dos dois países, negociada durante dois anos, até chegar ao contrato que será firmado esta tarde, se seguiu à cooperação no campo do uso pacífico da energia nuclear.

Mas a grave crise económica internacional requer hoje, mais do que nunca, somar os esforços de cooperação e integração entre nossos países. Em tal sentido, entendemos que o grupo de trabalho binacional formado por ocasião do encontro presidencial de Paso de Los Libres, deverá identificar novas áreas e modalidades concretas de cooperação económica e tecnológica entre a Argentina e o Brasil.

No mundo moderno, cheio de desafios, podemos dizer com orgulho que na América Latina há povos seguros de si mesmos e confiantes em seu futuro, que preferem a ação do que a inércia, buscando a cooperação e desprezando o egoísmo.

Povos que se dispõem a construir uma ponte, ligar sistemas elétricos, aproveitar em conjunto a energia dos rios que compartilham, desenvolver os usos da energia nuclear com fins pacíficos e incrementar o comércio bilateral e orientado para terceiros mercados mediante fórmulas de complementação.

Senhor presidente:

O povo argentino acompanhou com grande interesse o processo eleitoral realizado em seu país no ano passado. Esse acontecimento constitui, sem dúvida, uma das grandes realizações de seu governo. Na Argentina, já começou esse processo. Logo depois de assumir a primeira magistratura disse algo que hoje reitero com a mesma convicção: "Minha única aspiração é ser o último presidente argentino não eleito pela vontade popular".

É a vontade soberana de nossas nações que requer hoje que uma ponte cruze esse rio, porque não aceita que a proximidade geográfica não seja complementada com a integração e a cooperação mútuas.

Queira Deus nosso Senhor que esta magnífica grandeza do continente que habitamos nos impulse sempre a construir, em função de nossos interesses nacionais, um feliz destino comum para nossos povos.

comunicado á imprensa brasil-argentina

Comunicado à imprensa divulgado em Foz do Iguaçu, em 13 de janeiro de 1983, a respeito do encontro de trabalho dos Presidentes João Figueiredo e Reynaldo Bignone.

O Excelentíssimo Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, da República Federativa do Brasil, eo Excelentíssimo Senhor Presidente Reynaldo Benito Bignone, da República Argentina, celebraram, em 13 de janeiro de 1983, um encontro de Trabalho em Porto Meira e em Foz do Iguaçu, Brasil.

Essa iniciativa correspondeu à continuação do diálogo estabelecido em anteriores reuniões presidenciais, complementado por representantes de ambos os países em diferentes níveis, com reflexos sumamente positivos no desenvolvimento das relações brasileiro-argentinas.

Durante a estada em Porto Meira, os dois Chefes de Estado presidiram o início dos trabalhos de construção da ponte que ligará Porto Meira, na República Federativa do Brasil, a Puerto Iguazu, na República Argentina, sobre o rio Iguaçu.

No curso do encontro de trabalho, caracterizado por um espírito de grande cordialidade e franqueza, os presidentes efetuaram conversações, de resultados altamente proveitosos, sobre temas bilaterais, bem como regionais e mundiais de interesse comum.

Na mesma ocasião, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Embaixador Juan Ramon Aguirre Lanari, procederam a uma valiosa troca de pontos de

vista concernente a tópicos relevantes para os dois países.

Os Presidentes ressaltaram com satisfação o excelente estado das relações brasileiro-argentinas e as auspiciosas perspectivas de seu continuado desenvolvimento que emergem dos contatos entre diferentes setores de ambas as nações.

Em especial, os Presidentes congratularam-se pelo início das obras da ponte entre Porto Meira e Puerto Iguazu, destinada a contribuir permanentemente para a aproximação e a convergência de interesses entre o Brasil e a Argentina.

Coincidiram em que esse empreendimento proporcionará facilidades substancialmente acrescidas para a movimentação de pessoas e bens entre um e outro país, concretizando, ademais, legítimos anseios das populações brasileira e argentina na região.

Salientaram, a propósito, o trabalho eficaz levado a efeito pela Comissão Mista Brasileiro-Argentina criada pelo Acordo firmado em 17 de maio de 1980, em Buenos Aires.

Recordaram que a ponte sobre o rio Iguaçu é a primeira a ser construída entre o Brasil e a Argentina desde a inauguração, em 1947, da ponte internacional que une Uruguaiana, no Brasil, a Paso de los Libres, na Argentina, sobre o rio Uruguai, cuja construção teve início há mais de quarenta anos, em 1942.

Destacaram, pôr outro lado, a importância das medidas de integração física para a dinamização do relacionamento bilateral em todas as áreas e sua contribuição para a consecução de patamares mais elevados de progresso na região da Bacia do Prata, aportando, dessa maneira, benefícios para terceiros países.

Felicitaram-se, também, pela celebração, que presenciaram na mesma data, do contrato de interconexão, fornecimento e intercâmbio de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina.

Consignaram a especial relevância dessa medida no âmbito da aproximação brasileiro-argentina.

Realçaram, no contexto desse relacionamento, o crescente empenho de cooperação entre o Brasil e a Argentina, tanto mais significativa à luz das dificuldades económicas enfrentadas tanto por um quanto por outro país na atual conjuntura internacional.

Nesse sentido, fizeram referência com particular agrado, às promissoras perspectivas de expansão e aprimoramento das relações brasileiro-argentinas, mediante um crescente entrelaçamento de interesses setoriais recíprocos. Citaram, como exemplos expressivos, áreas como as do intercâmbio económico comercial e financeiro, da complementação industrial e agrícola, dos transportes, do turismo, dos projetos de aproveitamentos hídricos conjuntos, da troca de informações hidrometeorológicas, da ciência e tecnologia, do fornecimento de gás, das atividades desenvolvidas no quadro do Tratado da Antártida, da utilização da energia nuclear com fins pacíficos, da educação e da cultura.

Lembraram, a esse propósito, os vários acordos celebrados, nos últimos anos, entre os dois países, atos que constituem sólida base para o aprofundamento das suas relações em diversos campos.

Concordaram em que o aprimoramento dos contatos bilaterais nessas e em outras áreas tende a contribuir ponderavelmente para um relacionamento estável e sólido entre os dois países.

Coincidiram quanto à importância da solidariedade entre as nações latino-americanas, vinculadas por um amplo conjunto de tradições, afinidades e aspirações comuns.

Reconheceram que o constante fortalecimento dessa solidariedade permitirá à região atingir, com maior agilidade, níveis mais elevados de prosperidade e bem-estar, assim como robustecerá sua capacidade de negociação internacional com países desenvolvidos.

Sobre a questão das ilhas Malvinas, à qual se referiu o Presidente Bignone, o Presidente Figueiredo reiterou o apoio aos legítimos direitos de soberania argentinos, recordou os termos do discurso que, em 27 de setembro de 1982, pronunciou perante a trigésima-sétima sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, e realçou a importância da Resolução sobre o assunto aprovada naquele foro mundial, na mesma sessão.

O Presidente Bignone agradeceu a hospitalidade oferecida durante sua estada no Brasil e convidou o Presidente Figueiredo a manter proximamente uma nova reunião de trabalho na República Argentina. O Presidente Figueiredo aceitou o convite e se acordou que, através dos canais diplomáticos ordinários, se estabelecerá a data mais conveniente para sua realização.

Finalmente, os dois Presidentes manifestaram-se confiantes na evolução das relações globais brasileiro-argentinas, pautada num diálogo bilateral entabulado com espírito aberto e construtivo e estimulado por uma atmosfera de fraterna amizade, compreensão e lealdade.

a visita do ministro dos negócios estrangeiros da Finlândia

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Pär Stenbäck, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 10 de janeiro de 1983, por ocasião do almoço oferecido ao Chanceler finlandês.

CHANCELER BRASILEIRO

Senhor Ministro,

Receber Vossa Excelência é missão que cumpro com especial agrado, consciente de seu significado para o estreitamento dos laços de amizade entre o Brasil e a Finlândia.

Vossa Excelência visitou o Brasil há poucos anos, na condição de parlamentar. É, no entanto, esta a primeira vez que um Ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia realiza visita oficial a meu país. Tal fato atesta o empenho dos dois Governos em fortalecer os laços que nos unem. Hoje, lançamos as bases da intensificação de um diálogo voltado para a descoberta de novas oportunidades de cooperação.

Ao longo dos últimos anos, concluímos acordos e convenções. Em 1981, assinamos o Acordo sobre Cooperação Económica e Industrial, que criou o mecanismo de consulta periódica para avaliar o intercâmbio e examinar formas criativas de trabalho conjunto.

Como corolário desse quadro jurídico-institucional, realizaram-se as visitas de missão

parlamentar, encabeçada pelo Deputado Mikko Jokela, do então Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Agricultura, Deputado Johannes Virolainen, e, em caráter particular, do ilustre Presidente Urho Kekkonen. A visita do Ministro do Comércio Exterior, Doutor Esko Rekola, em 1981, concorreu para o aprimoramento das relações económicas e comerciais entre nossos países.

Embora seja restrita a participação de cada país no montante global dos respectivos intercâmbios comerciais com o exterior, temos desenvolvido esforços para alterar tal situação. Desde 1979, o comércio bilateral vem ultrapassando a cifra de uma centena de milhões de dólares. Hoje, mais de uma dezena de empresas finlandesas encontram-se em plena atividade em nosso país, dando seguimento ao exemplo pioneiro da "VALMET" que, há certa de vinte e um anos, instalava-se no Estado de São Paulo. Como resultado desse interesse mútuo dos meios empresariais, os investimentos e reinvestimentos finlandeses no Brasil alcançaram mais de trinta e sete milhões de dólares, ao final do primeiro semestre do ano passado.

Tais indicadores apontam para o desejo de

aproximação que nos une. O potencial de cooperação está, todavia, longe de esgotar-se, e cabe a nós, homens de Governo, explorar com objetividade as múltiplas oportunidades de complementação que nossas economias nos oferecem.

Senhor Ministro,

No ano que se encerrou, assistimos ao incessante agravamento da situação mundial. Seja no plano Leste-Oeste, seja no eixo Norte-Sul, multiplicaram-se os desafios às diplomacias voltadas para a busca da prosperidade e da paz.

Sintoma alarmante da deterioração dos padrões de relacionamento internacional foi a sucessão de crises que se nos defrontaram. Algumas — como é o caso do Oriente Médio — adquiriram contornos de dramaticidade que abalaram a consciência mundial. Outras — e aqui penso no conflito das Malvinas — manifestaram-se abruptamente e agora devem ser encaminhadas por intermédio dos mecanismos consagrados para a solução pacífica das controvérsias.

A presente estrutura internacional, eivada de verticalismos, relações de poder e imposição de vontades pelo uso da força, já deu amplas provas de falência. A perpetuação dessa situação exacerba tensões e gera conflitos. Urge, portanto, promover o retorno à observância das regras de boa convivência internacional e ao pleno respeito à igualdade soberana dos Estados.

Importante passo nesse sentido será o fortalecimento do sistema das Nações Unidas. O Brasil, Senhor Ministro, acompanha com particular interesse os esforços feitos pela Finlândia para devolver à Organização a credibilidade e a eficácia que lhe foram atribuídas na Carta de São Francisco.

Na brilhante intervenção de Vossa Excelência perante a XXXVII Assembleia das Nações Unidas, ficou explícito o apoio da

Finlândia às medidas propostas pelo Secretário-Geral Pérez de Cuellar para sustar a deterioração da autoridade da Organização e restaurar-lhe a capacidade de agir.

Eis aqui uma feliz convergência de posições entre nossos países, porquanto o Presidente João Figueiredo, na mesma ocasião, reiterou o empenho do Brasil em conjugar esforços com os demais Estados-membros para "fazer das Nações Unidas um verdadeiro centro de harmonização das ações dos Estados".

O Brasil deseja que a ONU possa cumprir plenamente essa sua vocação de composição de interesses, não só políticos, mas também económicos. Daí o empenho do Governo brasileiro em promover as Negociações Globais no seio daquele Organismo. A questão Norte-Sul, mais que um elenco de postulações dos países em desenvolvimento, se dirige a problemas de interesse global. A crise económica que a todos atinge só poderá ser superada através da revigoração do comércio internacional e do desemperamento dos fluxos financeiros em âmbito mundial.

Não devem permanecer no plano retórico as intenções de banir o protecionismo nem o intuito de restaurar o fluxo económico-financeiro em escala planetária. É interesse de todos, independentemente de suas posições económicas relativas, que o comércio e as finanças sejam um fator de integração, e não um fulcro de divergências.

Por ser a Finlândia um país industrializado com ampla audiência junto aos países do Norte, e pelas posições que vem demonstrando diante de cada episódio da atual conjuntura, confio em que sua visita será proveitosa, tanto na esfera bilateral quanto na multilateral.

Senhor Ministro,

A diplomacia finlandesa, sob a lúcida condução de Vossa Excelência, tem importante

papel a desempenhar no concerto das nações. Sua ação, balizada pelos princípios de respeito ao pluralismo e às regras de boa convivência entre Estados, conjugados com uma neutralidade construtiva e participante, granjeou-lhe respeito universal.

A visita, que Vossa Excelência ora nos faz, testemunha o desejo da Finlândia de alargar mais ainda seus horizontes de ação externa, buscando estreitar relações com países geograficamente distantes.

Ergo minha taça em brinde a esta nova etapa das relações fino-brasileiras, à saúde de Sua Excelência o Presidente Mauno Koi-visto e à felicidade pessoal do Ministro Pär Stenbäck.

CHANCELER FINLANDÊS

Senhor Ministro das Relações Exteriores, Senhores,

Quero expressar a Vossa Excelência o meu mais sincero agradecimento aos votos de boas vindas que Vossa Excelência estendeu a mim e ao meu País, como também a tradicional hospitalidade da qual minha comitiva vem desfrutando desde o início de nossa visita.

Como nosso anfitrião, é do conhecimento de Vossa Excelência que eu não sou o primeiro ministro finlandês a visitar o Brasil; em março de 1981 estive aqui o Ministro do Comércio Exterior da Finlândia, o Sr. Esko Rekola. Entretanto, é para mim uma honra e um grande prazer, ser o primeiro Ministro das Relações Exteriores da Finlândia a visitar oficialmente o Brasil. Com satisfação relembro nosso encontro em Nova Iorque durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em outubro próximo passado, quando esboçamos alguns preparativos para esta visita.

Finlândia e Brasil possuem uma longa história de boas relações. Nossos Países estabeleceram relações diplomáticas na década de

20, logo após a Finlândia ter tornado-se independente. Nós finlandeses relembremos com gratidão o fato do Brasil ter conservado as relações diplomáticas com nosso País durante os sofridos anos da Segunda Guerra Mundial, relações, estas que continuam sendo excelentes.

O Brasil de hoje, que há poucas décadas tem se posicionado entre as maiores potências industrializadas do mundo, oferece grandes oportunidades a uma cooperação. Por outro lado, a Finlândia, como um Estado europeu avançado, pode oferecer ao Brasil certos produtos e tecnologia de que ele necessita. Por exemplo: várias empresas finlandesas instalaram-se no Brasil. Todavia, esses contratos particulares, se compararmos, não chegam a expressar nossas reais possibilidades.

Portanto, é nosso desejo que o comércio entre os dois Países seja incrementado no futuro e que os obstáculos a esse crescimento sejam removidos.

Nossos Países deverão visar um crescimento comercial baseado no equilíbrio entre importações e exportações. Ao meu ver, a longo prazo, dentro dos interesses de ambos, Finlândia e Brasil estarão numa ação conjunta contra o protecionismo existente no comércio internacional.

A cooperação econômica entre a Finlândia e o Brasil pode ser promovida através de uma difusão de informações e um melhor conhecimento entre ambos.

Para se alcançar este fim, um importante intermediário será a Comissão Mista Fino-Brasileira, que será formada após entrar em vigor o acordo de cooperação econômico-industrial, assinado em 1981. O lado finlandês tem grandes esperanças na Comissão Mista — a verdade é que ambos os Países têm sistemas econômicos onde ocorrem contatos diretos entre empresas de maneira decisória.

Como um País seguidor de uma política de neutralidade, a Finlândia tem um interesse vital em promover ativamente o desenvolvimento de uma ordem mundial pacífica e racional, baseada no sistema de segurança universal, coletivo, estabelecido pela Carta das Nações Unidas. Nossa ambição tem sido sempre a de conduzir-nos com objetividade e cautela, estarmos cômnicos, porém fora dos conflitos entre as grandes potências e manter boas relações com todos os países. Assim esperamos servir melhor, concentrando esforços para a organização da humanidade e também para os interesses de nosso* próprio povo.

As políticas externas da Finlândia e do Brasil têm inúmeras características comuns. Ambos os Países estão perseverantes na promoção do incentivo à paz, ao desarmamento e à segurança mundial. Gostaria particularmente de ressaltar nossa cooperação na Organização das Nações Unidas e seus Organismos, onde a Finlândia eo Brasil possuem pontos de vista comuns em quase todas as questões principais.

Como o Senhor Ministro bem sabe a Assembleia Geral das Nações Unidas em outubro passado, enfocou o desgaste do prestígio da Organização, como um FÓRUM de conciliação entre os Estados. Acredito que o Senhor Ministro interessou-se pelo mesmo assunto.

A Organização das Nações Unidas necessita, de enérgicos defensores e de sólida ajuda no presente momento de incerteza mundial. O discurso do Senhor Presidente João Figueiredo, que antecedeu a 37.^a Sessão da Assembleia Geral da ONU, revelou um forte apoio à Organização das Nações Unidas. Comentários a respeito dos problemas econômicos mundiais foram particularmente válidos nesse sentido.

A Finlândia e o Brasil, no diálogo Norte-Sul, estão em extremidades diferentes, geograficamente falando. Contudo, descobri que existem diversas questões com as quais podemos concordar.

Sabemos que os interesses básicos do Brasil na América Latina ressaltam o fortalecimento do "Status Quo" das relações atuais entre os Estados, como também o apoio a soluções pacíficas em todas as negociações das disputas territoriais. A Finlândia tende ao mesmo objetivo básico, no continente europeu. Isto foi manifestado como sendo o ponto mais alto da reunião entre 30 Estados europeus, o Canadá e os Estados Unidos, que a Finlândia sediou em 1975. O mundo desde então passou a conhecer o "Espírito de Helsinqui" como sendo uma espécie de símbolo de distensão, e é o nosso sincero desejo que esse "espírito" nunca desapareça do contexto internacional.

Senhor Ministro,

Cooperação cultural é um campo no qual a Finlândia e o Brasil poderão ter realizações no futuro. Por exemplo, sei que a música de Jean Sibelius, a arquitetura e o desenho industrial finlandeses são bastante conhecidos no Brasil. Da mesma forma, a música brasileira desde o samba até as composições de Heitor Villa-Lobos, a celebridade da música do Brasil, é conhecida na Finlândia. Particularmente ressalto o nome de Jorge Amado, que no ano passado teve duas de suas obras traduzidas para o finlandês. Entretanto, a cooperação cultural permanece ainda fragilmente estruturada. Devemos grande parte deste quadro à barreira idiomática, que, diga-se de passagem, não é intransponível.

Se houver boa vontade de ambas as partes — como acredito que haja — poderemos desenvolver o intercâmbio de estudantes e a pesquisa individual.

Quero uma vez mais agradecer a Vossa Excelência a calorosa recepção neste País maravilhoso. O esplendoroso Brasil é a terra do futuro, que já vive um grande presente. Agora posso entender por que todo finlandês de minhas relações que já visitou

este País deixou aqui parte de seu coração, e não falo de um pequeno número deles.

Aproveito esta oportunidade para renovar ao Sr. Ministro o convite para ir a Finlândia, feito pelo meu antecessor.

Como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, um País que tem uma antiga tradição de boas relações com a Finlândia, o Senhor é sinceramente bem-vindo à Finlândia. Espero que sua visita seja realizada o mais breve possível.

Concluindo, gostaria de propor um brinde ao Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o General João Figueiredo, ao grande povo deste grande Brasil e ao Senhor Ministro.

Desejo ao senhor e a todos os amigos brasileiros saúde e sucesso.

Muito obrigado.

primeira reunião da comissão nacional para assuntos da aladi

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em
Brás (lia, em 23 de fevereiro de 1983, por ocasião da abertura
da Reunião da Comissão Nacional para Assuntos da ALADI.

Senhores e Senjioras,

Há vinte anos, se estruturava a Comissão Nacional para Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. A participação do Brasil na ALALC, desde seu começo, seria fundamental para a organização regional e uma comissão interministerial, com plena participação da empresa privada, era essencial para preparar as negociações que visavam ao processo de liberação do comércio intrazonal e para executar uma política de integração econômica de alta significação nas relações do Brasil com seus vizinhos e na expansão de seu comércio exterior.

Em seus primeiros quatro anos, através de negociações sempre trabalhosas, mas grandemente facilitadas, por compreenderem produtos que já integravam, no âmbito zonal, correntes de comércio tradicionais, a ALALC alcançou a desgravação de 7.593 produtos, ou seja, mais da metade do total que veio a ser desgravado até sua extinção, em 1980.

A partir, no entanto, do momento em que a desgravação de produtos passou a significar, virtualmente, a possibilidade de imple-

mentação de novas linhas de produção naqueles Países-Membros da Associação mais aptos a fabricá-los, entraram a jogar interesses ditados pela justa ânsia desenvolvimentista dos referidos países. Tal fato, aliado à inflexibilidade da cláusula da nação mais favorecida, que impedia soluções bilaterais, e à rigidez dos mecanismos de liberação do comércio, levou finalmente a Associação, nos seus últimos anos de existência, à estagnação quase total.

Contudo, apesar destas e outras críticas — algumas bem fundamentadas e outras totalmente injustas — dirigidas à ALALC e ao comportamento de seus membros, o fato incontestável é que, nos vinte anos de atuação da Associação, o comércio intrazonal conheceu um incremento e atingiu níveis jamais alcançados durante os praticamente 150 anos de relações entre os países da área. No caso do Brasil, seu comércio com a ALALC cresceu, entre 1961 e 1978, de 250 milhões para 3 bilhões e trezentos milhões de dólares. Por outro lado, as trocas brasileiras com os demais países da Zona, que representavam, em 1961, apenas 5% de seu comércio exterior, alcançaram, em 1978, a significativa porcentagem de 13%. Enfim, a ALALC passou a ser um dos

mais importantes parceiros comerciais do Brasil, abrindo opções em termos de novos fornecedores e representando um mercado promissor, sobretudo, para exportações de manufaturados. Vale mencionar, ainda, que durante os vinte anos de existência da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, o Brasil manteve, apesar de igualmente vulnerável aos problemas econômicos que afetavam a toda a área, 93% das margens de preferência outorgadas. Preocupado, outrossim, em preservar os mecanismos de liberação do comércio intrazonal, sempre que se viu obrigado a adotar medidas restritivas para equilibrar seu balanço-de-pagamentos, eliminou-as ou reduziu-as para os demais Países-Membros da ALALC.

Embora os Senhores Representantes não desconheciam tais fatos e cifras, não poderia deixar de fazer este breve resumo dos resultados alcançados durante as duas décadas que antecederam a transformação da ALALC em ALADI, a fim de ressaltar a atuação desta Comissão, durante o referido período. Seu mérito principal sempre foi o de discutir, criteriosamente, cada problema, sob os ângulos técnico, econômico e político, para chegar a decisões que refletem um alto grau de coordenação. No caso deste Colegiado, em virtude da sua própria composição, esta entrosagem é tanto mais importante quanto envolve uma interação entre os setores público e privado. De fato, como não poderia deixar de ser, tendo em vista a própria estrutura dos seus Estados-Membros, a ALALC e sua sucessora, a ALADI, reservaram ao setor privado papel preponderante no processo de integração continental. Aliás, a presença do Brasil no referido processo decorre da vontade do próprio empresariado que, representado por suas respectivas Confederações, nesta Comissão e em Delegações oficiais do Brasil, ou diretamente, por ocasião das Reuniões Setoriais promovidas pela Associação, vem participando ativamente de todas as etapas negociadoras.

Senhores Representantes,

Com referência à ALADI, o ano de 1983, como o de 1963 para a ALALC, deverá completar um triênio de intensas negociações. Cumpre notar, entretanto, que o panorama econômico atual apresenta-se bastante modificado em relação àquele de há vinte anos. É que os problemas comuns a todos os países em desenvolvimento, tais como as altas taxas de inflação, o desequilíbrio do balanço-de-pagamentos e o endividamento externo, vêm sendo exacerbados por uma crise de proporções mundiais que traz consigo a ameaça de uma recessão e um novo surto de protecionismo.

Contudo, a ALADI ainda representou, em 1981, o segundo maior parceiro comercial do Brasil, absorvendo 18% de nossas vendas globais. Dadas, no entanto, as condições atuais, seria irrealista esperar, a curto prazo, a repetição desse desempenho. Isto porque, diante do inquietante e confuso panorama internacional, nossos parceiros da ALADI, em maior ou menor medida, enfrentam os mesmos problemas que nos vêm atingindo.

Vale assinalar, no entanto, que o objetivo primordial da Associação Latino-Americana de Integração, e, por extensão, o deste Colegiado, não é o de promover o aproveitamento imediato de oportunidades comerciais. Trata-se, antes, de identificar, estabilizar e perpetuar correntes de comércio, permitindo, assim, aos setores produtivos nacionais, planejar, tendo em vista lucros constantes e não ganhos espetaculares, mas intermitentes. Exemplos típicos da concretização de tal tarefa são os ex-Ajustes de Complementação Industrial, agora transformados em Acordos Comerciais da ALADI, cujo bom desempenho fez com que servissem de parâmetro para os instrumentos da nova Associação.

Não obstante, Senhores Representantes, uma tal atividade, voltada para o futuro e que representa, portanto, um trabalho quase de prospecção, está a exigir doses maciças de imaginação criativa, que nos

permitam, inclusive, construir um sistema regional de trocas tão sólido e eficaz que venha a diminuir a vulnerabilidade da área frente a crises fabricadas externamente. E é ainda no sentido da máxima utilização desta imaginação criativa — que, estou seguro, não nos há de faltar — que me permito, ao encerrar esta saudação aos Senhores Membros, chamar a atenção sobre o "bilateralismo convergente" que o Tratado de Montevideu de 1980 colocou à nossa disposição. Esta nova filosofia de integração, que passará, inclusive, a exigir maior ênfase para com o aspecto político do processo, nos oferece uma variada gama de oportunidades, não só com relação a nossos tradicionais parceiros da ALADI, mas, ampliando fronteiras económicas, também face a outros países em desenvolvimento do continente e extracontinentais.

Senhoras e Senhores,

Creio desnecessário dar as boas-vindas a um Colegiado que vem se reunindo no Itamaraty

há vinte anos. De alguma forma, os Senhores Representantes já fazem parte desta Casa. Portanto, ao declarar aberta a Primeira Reunião da CNAALADI em 1983, resta-me tão somente formular aos Senhores Membros votos de felicidade e sucesso nas negociações de que participarão, no corrente ano. Estou seguro, de resto, que a prioridade política, dada pelo Governo do Presidente Figueiredo, às relações com a América Latina inspirará as deliberações desta Comissão no campo económico. O processo de integração é normalmente propiciado por períodos de expansão. Os momentos de crise, ao contrário, tendem a levar os países à crescente retração, com resultados que realimentam o processo de deterioração económica e comercial. Cabe-nos o esforço de evitar a tentação das restrições e das vantagens unilaterais e fazer da crise uma oportunidade de dinamização da cooperação com os demais Estados-Membros da ALADI.

Muito obrigado.

em cartagena, a reunião de coordenação latino-americana do sela

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Cartagena, em 25 de fevereiro de
1983, por ocasião da reunião de Coordenação
Latino-Americana dos Países-Membros do SELA.

Senhor Presidente,

Muito agradeço a Vossa Excelência, e por seu intermédio ao Governo e ao povo da Colômbia, a afetuosa acolhida que nos é dispensada. Poucos cenários poderiam ser tão propícios e inspiradores para este exercício de solidariedade latino-americana, que é uma reunião do SELA, quanto a bela e histórica cidade de Cartagena.

Não é necessário que eu recorde — aqui a posição brasileira diante da situação da economia internacional. Nosso diagnóstico, nossas sugestões e nossas esperanças foram expressados há menos de seis meses, com toda a objetividade e franqueza que lhe são características, pelo Presidente João Figueiredo, em seu discurso perante a Assembléia-Geral das Nações Unidas.

O agravamento da crise, desde então, só fez acentuar a necessidade de busca urgente, pela comunidade das nações, de soluções globais e integradas para os múltiplos problemas que a todos afligem. Este, bem sei, é sentimento comum de todos os países-membros do SELA. É por essa razão que esta reunião assume particular significado: em momento dramático para a económica

internacional, a comunhão de ideais é mais uma vez importante recurso com que conta a América Latina para oferecer contribuição serena, realista e construtiva ao soerguimento do espírito de cooperação internacional, sem o qual a crise só fará agravar-se.

Começamos a nos preparar para o que deveria ser mais um momento significativo no processo de revisão dos padrões de relacionamento entre Norte e Sul: mais uma sessão, a sexta, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Quase duas décadas depois do primeiro de tais exercícios, entretanto, o que se verifica é que a ordem económica internacional, longe de aperfeiçoar-se, evidencia as mesmas distorções há tanto denunciadas, e chega mesmo a apresentar novos obstáculos e restrições aos países que lutam por livrar-se do subdesenvolvimento.

O Diálogo Norte-Sul, que tão pouco fértil se mostrou nas fases de prosperidade vividas pelos países desenvolvidos, declina hoje até mais do que proporcionalmente à curva descendente do ciclo económico. Paradoxalmente, tal Diálogo parece ter entrado em virtual estado de paralisia a partir do preciso momento em que, com a Reunião

de Chefes de Governo, de Cancún, pela primeira vez ascendia ao mais alto nível de consideração política.

Não é possível negar o sentimento de frustração com que, dezoito meses após aquele acontecimento que tantas esperanças suscitou, e em meio à mais grave crise econômica dos últimos cinquenta anos, vêem os países em desenvolvimento serem obstinadamente rejeitadas suas reivindicações, enquanto proliferam, em organizações internacionais mais moldáveis aos interesses das nações mais fortes, concepções e iniciativas de sentido prejudicial aos que, no esforço de superação do subdesenvolvimento, ou- sam fazer-se presentes nos mercados internacionais de manufaturas, ou tentam assegurar-se capacitação autônoma em atividades de serviços e setores de tecnologia relativamente mais avançada.

No plano do comércio, com efeito, assistimos ao fato inusitado-de que certos países desenvolvidos se empenham em abrir espaços, em escala planetária, para novas atividades geradas por seu dinamismo tecnológico e poderio econômico, em áreas como as de serviços e bens de alta tecnologia, enquanto restringem cada vez mais o acesso a seus mercados dos produtos dos países em desenvolvimento, até mesmo em setores de baixo nível de processamento. Até onde será viável um sistema de trocas em que o progresso de uns poucos tenha como resultado, certamente não intencional, a estagnação, ou mesmo retrocesso, de tantos outros?

É no plano financeiro, entretanto, que se manifesta mais dramaticamente a situação de aguda deterioração do sistema econômico internacional. O que vivemos não é tanto uma crise de endividamento externo dos países em desenvolvimento: é antes uma crise do sistema financeiro — e até, em termos mais amplos, do sistema econômico global —, crise que apenas se expressa pelo endividamento de tais países, os quais constituem sua parte mais vulnerável. Ela é em

considerável medida o resultado de todo um processo de erosão da cooperação internacional, decorrente da falta de vontade política dos países mais poderosos de, em resposta ao acelerado processo de mudança no sistema produtivo ao longo das últimas décadas, aceitar uma revisão de seus padrões de intercâmbio corri o Sul, atualizar e reforçar as instituições financeiras multilaterais e abrir os processos decisórios sobre a economia internacional. Não se pode proclamar a interdependência e rejeitar os reajustes por ela tornados necessários.

Não é justo, portanto — nem eficaz para seu encaminhamento —, simplificar o diagnóstico das presentes dificuldades na área financeira, imputando-as apenas aos erros e às ambições excessivas, que por vezes se terão verificado, nas políticas econômicas dos países devedores. O problema da dívida externa não é comum a devedores e credores apenas por seus efeitos — é-lhes comum desde as origens. Pois não há como eximir-se os países exportadores de capital de suas responsabilidades pela instabilidade e precariedade do sistema monetário e financeiro internacional, seja pela resistência a aperfeiçoamentos em suas estruturas, seja pela implementação de políticas tendentes à manutenção de juros elevados, seja ainda pelo recurso crescente a um protecionismo que dificulta aos países em desenvolvimento obter, pela via das exportações, os recursos necessários para o bom manejo de seus compromissos financeiros.

A gravidade da atual situação exige abordagem ampla e integrada dos problemas da economia internacional. A agilidade e o empenho demonstrados pelos Governos de países desenvolvidos na coordenação com os Governos de países devedores, a comunidade bancária e o FMI para o encaminhamento de situações momentâneas de dificuldades de liquidez configuram louvável demonstração de capacidade de cooperação no plano econômico, quando para tal existe vontade política. É necessário, entretanto, que os Governos de países credores se

disponham na mesma medida a trabalhar sobre as estruturas dos regimes de comércio e finanças, sem o que estará a comunidade internacional sujeita por prazo indefinido a sobressaltos e incertezas, capazes de colocar em risco mesmo as tímidas hipóteses de reativação económica das economias centrais que os mais otimistas vez por outra ousam arriscar. Os problemas estruturais certamente requerem soluções estruturais.

É com efeito aposta perigosa, nas atuais condições, a crença de que tudo se resolverá pelo início da recuperação nas principais economias desenvolvidas, por necessária e desejável que esta seja. Tal processo de recuperação, se e quando iniciado, será necessariamente lento e incerto, e ao longo de seu desdobramento estará vulnerável a choques externos na área financeira ou energética. De outra parte, seu desfecho, por exitoso que venha a ser (e é essa questão colocada no longo prazo) dificilmente será capaz de gerar para a economia internacional como um todo as condições de crescimento rápido, sólido e estável, sem o qual será impossível aos países em desenvolvimento — agora onerados pelo imenso peso do endividamento externo — superar seus problemas.

Não podemos aceitar, de outra parte, a suposição de que a questão do endividamento se resolva por força unicamente da implementação de políticas de contenção pelos países em desenvolvimento. Nenhum de nós negará a necessidade de medidas de austeridade nas presentes circunstâncias. É preciso ter em mente, contudo, que se nos países desenvolvidos tais medidas se fazem sentir em termos da redução do consumo por uma população de alto nível de renda, nos países em desenvolvimento o que se reduz é muitas vezes a própria margem de sobrevivência de amplas camadas sociais, já de ordinário duramente atingidas pela miséria e pelo subemprego. Nos países desenvolvidos, reduz-se o reinvestimento para o aperfeiçoamento de estruturas já consolidadas; nos países em desenvolvimento, ao contrário, sacrificam-se investimentos urgentes e

essenciais para a própria construção da infra-estrutura física e social da nação.

Não é lícito, pois, exigir dos países em desenvolvimento, como solução de médio ou longo prazo, o recurso a rígidas políticas de austeridade, que possam vir a destruir sua própria base económica.

Nossos povos não podem ser privados da esperança do desenvolvimento.

Nossos países não podem ter suas perspectivas de crescimento colocadas como o subproduto eventual e aleatório de uma recuperação, que se prevê incerta e precária, das principais economias do Norte. Nem, de seu lado, devem os países desenvolvidos ficar expostos aos riscos — que só agora começam a deixar de subestimar — de ver seus próprios objetivos inviabilizados pelas dificuldades que afetam os países do Sul.

O que mais do que nunca urge fazer, portanto, é retomar o caminho da cooperação internacional, para a definição, a prazo curto, de medidas capazes de permitir a retomada no mais breve prazo de um ritmo aceitável de crescimento, tanto no Norte quanto no Sul. Pois, afinal, como disse o Presidente Figueiredo perante a Assembleia-Geral da ONU, "a definição da economia do futuro passa pela superação dos problemas do presente. A tarefa de reformular o sistema económico internacional é imposterável, mas, nas atuais circunstâncias, temos de iniciá-la pelo esforço de evitar a própria derrocada do sistema".

Senhor Presidente,

Com esta reunião, a América Latina começa, mais uma vez, a percorrer a trilha de um amplo processo de deliberações multilaterais sobre a temática económica internacional, que culminará com a VI Sessão da UNCTAD. Já percorremos caminhos semelhantes em diversas ocasiões, apenas para, ao cabo de árduos esforços, ter o desapontamento dever malograrem-se, com resulta-

dos nulos ou irrisórios, as tentativas de convencer o mundo desenvolvido a realizar aperfeiçoamentos no sistema económico internacional.

Os fatos, porém, estão a demonstrar que mais do que nunca esse sistema precisa renovar-se. Pois o que agora está em jogo já não é mais apenas sua eficiência ou equidade: é sua própria viabilidade.

Resta, assim, a esperança de que pelo menos a força dos fatos, sob a forma da grave crise económica, crie condições mais propícias à negociação entre Norte e Sul.

A América Latina, por sua tradição de realismo e moderação, assim como por seu sentido de oportunidade e iniciativa, daqui sairá, estou seguro, pronta para desempenhar com eficácia, no contexto global, o papel que lhe é exigido por seus interesses e por suas responsabilidades.

brasil envia observador à vn reunião dos países não-alinhados, em nova delhi

Discurso do observador do Brasil à VII reunião de Países Não-Alinhados, Sérgio Thompson-Flores, pronunciado em Nova Delhi, em 10 de março de 1983.

Senhora Presidente,

Desde a reunião de cúpula inaugural dos Países Não-Alinhados, o Brasil tem estado presente na sua qualidade de observador amigo e interessado. Como país em desenvolvimento, o Brasil reconhece a importância do papel do Movimento dos Países Não-Alinhados nos assuntos internacionais.

É, na verdade, apropriado que, num momento em que o Terceiro Mundo está enfrentando uma situação tão difícil, a liderança do Movimento dos Países Não-Alinhados tenha sido confiada ao Governo da Índia, numa decisão que é um reconhecimento ao tradicional apoio e papel histórico desse país na elaboração dos objetivos originais e princípios do Não-Alinhamento.

Os valores fundamentais do Movimento adquirem particular relevância nestes tempos profundamente perturbados, quando se tornam mais prementes um melhor entendimento e maior cooperação entre as nações.

Em seu recente discurso perante a XXXVII Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em fins de setembro último, o Presidente da República Federativa do Brasil, João Figueiredo, acentuou a extrema gravi-

dade da situação atual e a necessidade de esforços urgentes e arrojados no sentido da solução dos problemas políticos e económicos internacionais mais prementes, cujos efeitos adversos são sentidos mais agudamente pelos países em desenvolvimento. Declarou o Presidente Figueiredo que é necessário parar e reverter a crescente transferência para o mundo em desenvolvimento das tensões geradas pela confrontação entre as Super-Potências. Ressaltou também a emergência definitiva do mundo em desenvolvimento como um parceiro dinâmico e ativo nos variados setores da vida internacional.

Todos esses elementos contribuem para emprestar significação especial a esta reunião.

O Brasil se dedica à meta da promoção da cooperação política e económica entre as nações do Terceiro Mundo. Ao longo da última década, testemunhamos a transformação do diálogo e cooperação Sul-Sul, em todos os domínios, de um ideal a ser perseguido numa realidade concreta. Juntos, nós, países em desenvolvimento, conseguimos abrir novas e independentes avenidas de entendimento político, baseadas no respeito mútuo, e produzir novos e mutuamente benéficos fluxos de comércio, financeiros, de serviços, de empresas conjuntas e de cooperação técnica e cultural.

Aproximamo-nos mais uns dos outros. Nesse processo, sentimos a necessidade de um entendimento cada vez maior, de uma determinação comum para superar nossos problemas comuns. E confirmamos a nossa dedicação aos princípios básicos de respeito à independência e igualdade soberana dos Estados, do não-uso da força ou da não ameaça ao uso da força, do direito de autodeterminação, da não-interferência nos assuntos internos e externos dos Estados, do recurso ao diálogo, da negociação e outros meios pacíficos para a solução pacífica de controvérsias que, infelizmente, existem entre nós, assim como aquelas com os países do mundo desenvolvido.

Senhora Presidente,

Vivemos um reinado de terror. Os Estados mais poderosos atuam com base na teoria da dissuasão, segundo a qual a paz mundial e sua própria segurança só podem ser garantidas pela acumulação de cada vez maiores arsenais de armas de destruição de massa. Não se pode esperar que o resto da humanidade, ameaçada em sua própria existência, se conforme a essa situação absurda.

Cada e todos os Estados têm um interesse intrínseco na paz e segurança globais. A voz do Movimento Não-Alinhado, que expressa a vontade solidária de dois terços da humanidade, constitui uma poderosa força política e moral na arena internacional e deve ser ouvida inequivocamente na discussão sobre as questões relativas à corrida armamentista e ao desarmamento.

Senhora Presidente,

Vivemos uma conjuntura particularmente grave e delicada, de implicações e alcance desconhecidos, agravada por uma proliferação de tensões de natureza política e econômica. Mais do que nunca, faz-se necessário um esforço conjunto e decidido da comunidade internacional que permita o encaminhamento e superação desses difíceis problemas.

Essa situação se reflete com maior gravidade na esfera do relacionamento econômico internacional. Apesar dos constantes e veementes apelos, que não se limitam apenas a vozes do Terceiro Mundo, no sentido da reestruturação do sistema econômico internacional vigente, assistimos, paradoxalmente, a um retrocesso nos débeis esforços de cooperação internacional. Como assinalou o Presidente Figueiredo perante a Assembleia-Geral da ONU:

"A interdependência entre as nações parece por vezes degenerar em tentativas de reconstrução de quadros hegemônicos ou sistemas de subordinação, que em nada contribuem para a prosperidade, seja no mundo industrializado, seja do mundo em desenvolvimento." Como em muitos casos praticada, a interdependência parece reduzir-se a um novo nome para a desigualdade".

Não vivemos uma crise unilateral apenas, em que os únicos prejudicados são os países do Terceiro Mundo. Nossos países e nossas populações são, sem dúvida, a parte mais duramente afetada por esse contexto de desigualdades, mas os países desenvolvidos também sofrem os efeitos dessa situação. É um círculo vicioso que, em última análise, prejudica a toda a comunidade internacional e que expressa, de forma incontestável, a inadequação do atual sistema econômico internacional.

Essa situação negativa requer uma urgente busca de soluções globais e integradas nas questões que são efetivamente de interesse prioritário. E foi nesse sentido que sempre defendemos o estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa e mais eficaz e o lançamento das negociações globais no âmbito das Nações Unidas.

Infelizmente, malgrado as sucessivas e numerosas reuniões internacionais, quer de caráter universal quer de âmbito restrito, malgrado ainda os unânimes diagnósticos sobre tal situação e as sugestões para seu encaminhamento e solução, um balanço dos resul-

tados alcançados é pouco alentador. E o que nos aumenta a preocupação é que, além do não-atendimento das reiteradas reivindicações do Terceiro Mundo em matéria de cooperação para o desenvolvimento, o quadro Norte-Sul é agravado e complicado com a introdução, por parte de países industrializados, de novas concepções e iniciativas de caráter restritivo e protecionista.

A deterioração do sistema económico internacional é refletida com dramática eloquência pelo estado das finanças internacionais. Uma análise dessa situação reforça ainda mais a posição do Terceiro Mundo, que agora passa a ser mais abertamente partilhada por importantes segmentos do mundo industrializado, no sentido de que é urgente e imperioso proceder-se à revisão dos padrões de intercâmbio económico Norte-Sul, modernizar e fortalecer as instituições financeiras multilaterais e democratizar os processos decisórios sobre a economia internacional.

Não se trata apenas de uma questão ou problema isolado, que se esgote ou possa ser resolvido num único contexto. Trata-se de uma situação muito ampla e complexa, de caráter multidisciplinar e estrutural e que requer um tratamento e solução estruturais.

Não se trata apenas de recuperar as chamadas economias centrais. Isso é parte da solução, mas não será suficiente. As causas dos problemas económicos atuais derivam precisamente da estrutura em que se fundam os atuais sistemas económico, financeiro e monetário. Qualquer outro enfoque que não vise ao tratamento global e integrado de todas essas questões somente constituirá um paliativo de curto alcance.

Senhora Presidente,

A Delegação brasileira, neste momento crítico da vida internacional, não tem a intenção, com sua manifestação de grande preocupação com a atual conjuntura, de turvar ainda mais as expectativas de superação dos

graves problemas que a nós todos afligem. Muito ao contrário. Esta é uma manifestação aberta e que objetiva precisamente renovar e acentuar a necessidade de nossos países adotarem, individual e coletivamente, nos planos interno e externo, posições e iniciativas serenas e equilibradas que possibilitem o encontro das soluções que a comunidade internacional tanto precisa.

Com esta reunião, o Terceiro Mundo dá início, num plano global, a mais um amplo processo de deliberações sobre a situação económica internacional, que culminará com a próxima realização da VI UNCTAD. Conforme refletido no projeto de Declaração Económica desta reunião, vemos a VI UNCTAD como uma "importante oportunidade para examinar de modo abrangente e integrado, o desenvolvimento mundial e seu impacto no comércio e desenvolvimento dos países em desenvolvimento".

Senhora Presidente,

Na qualidade de observador, a Delegação brasileira não tem a intenção de criticar ou de buscar influir as decisões que a conferência julgue adequado tomar a respeito dos diversos itens incritos em sua agenda. Mas acreditamos ser apropriado reiterar rapidamente nossas posições sobre algumas das questões específicas de que se ocupa esta reunião.

Evidentemente, emprestamos particular importância à seção do projeto de documento final que diz respeito à situação na América Latina. Conforme declarou o Presidente João Figueiredo na XXXVII Assembleia Geral das Nações Unidas:

" O Brasil vive em paz com seus vizinhos imediatos, com a América Latina e com todas as nações que respeitam as bases da convivência internacional.

As relações entre o Brasil e os países amigos da América Latina constituem, na verdade, claro testemunho do exílio que se obtém

quando se opta francamente pelo caminho do respeito mútuo, da não-interferência e da busca da convivência harmônica e profícuca, acima de controvérsias ou divergências tópicas.

Como parte da América Latina, o Brasil está certo de que seus vizinhos saberão resolver suas divergências, mesmo as de natureza territorial, por meios pacíficos e conciliatórios, e espera que os países-irmãos da América Latina reforcem sua capacidade de diálogo e entendimento regional. Devemos todos trabalhar para que nossa região alcance níveis superiores de desenvolvimento, entrosamento e desempenho positivo na cena mundial"

O Brasil tem-se firmemente referido aos componentes históricos, sociais e econômicos da atual crise na América Central e declarado que uma solução política para os problemas da região deve ser encontrada pelos foros diretamente envolvidos, livre de qualquer tipo de interferência externa.

Temos reiterado em numerosas ocasiões nosso apoio aos direitos soberanos da República da Argentina sobre as Malvinas e a necessidade de negociações como meio de resolver essa questão que trouxe violência ao Atlântico Sul.

O Atlântico Sul é uma área que acreditamos firmemente deve ser mantida livre de tensões internacionais e deve servir de avenida para uma crescente cooperação e entendimento entre os Estados em desenvolvimento fronteiriços da África e da América do Sul. Repudiamos a introdução no Atlântico Sul de rivalidades entre as Super-Potências e temos reiteradamente rejeitado a ideia de um pacto militar no Atlântico Sul, que envolva cooperação com o Governo da África do Sul, cuja política de aparteidismo temos condenado com frequência.

Expressamos nossa solidariedade com os Estados da Linha de Frente, em especial com Angola e Moçambique, que têm sofri-

do repetidas agressões por parte da África do Sul. Apoiamos plenamente os esforços no sentido da promoção da independência da Namíbia e denunciaremos as tentativas de adiar injustificadamente a implementação das pertinentes resoluções das Nações Unidas relativas à proteção dos direitos nacionais, integridade territorial e soberania do povo da Namíbia.

O Brasil tem manifestado seu apoio aos esforços construtivos no sentido do alcance de uma paz justa e duradoura no Oriente Médio. Tal solução só poderá ser alcançada através do reconhecimento dos legítimos direitos nacionais do povo palestino, inclusive o direito à soberania na Palestina, do papel da OLP como a representante do povo palestino, da necessidade da imediata retirada de todos os territórios árabes ocupados desde 1967, bem como o direito de todos os países da região, inclusive Israel, de viver em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Condenamos fortemente a invasão do Líbano no ano passado.

O Brasil lamenta o continuado conflito Irã-Iraque e espera que esforços como os efetuados no âmbito do Movimento Não-Alinhado possam contribuir para uma solução pacífica desse problema de grave preocupação para todos nós.

Manifestamos nossa preocupação com a lamentável situação no Afeganistão e apoiamos plenamente o direito do povo daquele país do Terceiro Mundo de escolher o seu próprio destino, livre de ocupação estrangeira e de interferência de qualquer tipo.

O Movimento Não-Alinhado é uma expressão da solidariedade e do espírito de cooperação que devem reger as soluções entre os países em desenvolvimento, especialmente em tempos tão difíceis como os que vivemos.

Temos a confiança de que, sob a liderança da Índia — cujos extraordinariamente bem-

sucedidos esforços para auspiciar esta reunião devem ser exaltados —, o Movimento dos Países Não-Alinhados ganhará maior influência e terá um papel decisivo na promoção do bom entendimento entre as nações do Terceiro Mundo e da paz e prosperidade para a humanidade.

Ao concluir, gostaria de lembrar as palavras de Jawaharlal Nehru que muito adequada-

mente se aplicam à situação em que nos encontramos:

"Este é um tempo que exige trabalho, mão-de-obra, esforço cooperativo, que exige todas as energias concentradas",

Muito obrigado, Senhora Presidente*

*Illa seção **Mensagens**, página 53, o texto da mensagem do Presidente João Figueiredo ao Primeiro-Ministro da Índia, Indira Gandhi, por ocasião da VII Reunião dos Países NSo-Alinhados, em Nova Delhi.

saraiva guerreiro visita o gabão, costa do marfim e guiné-bissau

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Libreville, em 15 de março de
1983, por ocasião da abertura dos trabalhos da primeira sessão
da Comissão Mista Brasil-Gabão.

Senhor Ministro,

Em junho do ano passado, por ocasião da honrosa visita ao Brasil do Primeiro-Vice-Ministro da República Gabonesa, Sua Excelência o Senhor Georges Rawiri, nossos dois Governos firmaram o Acordo que criou a Comissão Mista Brasileiro-Gabonesa. Os contactos então realizados e os projetos de cooperação examinados representaram significativa contribuição ao florescimento do intercâmbio bilateral.

De fato, Senhor Ministro, se variadas têm sido as iniciativas no sentido do estreitamento das relações entre nossos dois países, faltava-lhes, contudo, um foro adequado onde, juntos, gaboneses e brasileiros as examinássemos em seu conjunto e procurássemos expandi-las.

A Comissão Mista, que agora se reúne pela primeira vez, representa, portanto, novo e importante marco no relacionamento brasileiro-gabonês.

Senhor Ministro,

Enfrentamos, todos, uma situação de crise económica sem precedentes nos últimos cinquenta anos. Seus efeitos são, inegavel-

mente, sentidos em escala planetária. O impacto mais dramático da crise incide, entretanto, sobre os países em desenvolvimento. Os preços de seus produtos de exportação caem vertiginosamente, os parceiros desenvolvidos fecham seus mercados através de medidas protecionistas, os créditos internacionais se retraem e as taxas de juros atingem níveis insuportáveis.

Sabemos que a superação da crise não será fácil. Ela dependerá em grande parte do reconhecimento, pelos países do Norte desenvolvido, de que a recuperação sustentada de suas próprias economias requer a retomada do crescimento dos países do Terceiro Mundo. Reconhecida essa premissa, a saída da crise dependerá, substancialmente, da adoção, no plano internacional, de medidas económicas adequadas e positivas pelos países desenvolvidos.

Os países em desenvolvimento, por sua vez, sabem que, se é forte a interdependência com o Norte industrializado, para a plena recuperação de suas economias, o esforço maior terá de ser deles mesmos. Uma das formas prometedoras desse esforço é a cooperação entre eles mesmos. Nesse quadro, os projetos de cooperação com os países africanos assumem prioridade para o Brasil,

não apenas por motivos económicos, mas ainda pelos sólidos vínculos histórico-culturais que nos unem.

Dentre os países em desenvolvimento, os de economias complementares, como o Brasil e o Gabão, apresentam as melhores possibilidades de intensificação dos fluxos de intercâmbio. No mesmo sentido, a similitude das respectivas condições geo-climáticas facilita a transferência mútua de tecnologias e experiências.

O Acordo que estabeleceu a Comissão Mista brasileiro-gabonesa, ao institucionalizar o entendimento e a cooperação entre os dois países, evidencia a vontade de nossos Governos de aproveitar as oportunidades existentes de ambos os lados.

E, portanto, com grande satisfação que, juntamente com Vossa Excelência, abro os trabalhos da presente reunião. Ambas as delegações muito terão que discutir, coordenar e concretizar nestes poucos dias em Libreville. A cordialidade mútua, reflexo da amizade brasileiro-gabonesa, dá-nos a garantia de que os esforços empreendidos serão amavelmente recompensados pela harmonia de objetivos e pelo êxito das negociações. Expresso, assim, meus melhores votos pelo progresso dos trabalhos que se iniciam, os quais hão de oferecer contribuições significativas para o desenvolvimento de nossos povos e para o estreitamento de nossa amizade.

Muito obrigado.

intensificar o diálogo e a cooperação entre o brasil e o gabão

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, em Libreville, em
15 de março de 1983, por ocasião de jantar que lhe foi
oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabão,
Martin Bogo.

Senhor Ministro,

Muito me honrou, Senhor Ministro, seu convite para visitar este belo e acolhedor país. Desde que cheguei, tenho sido cumulado, bem como minha comitiva, de generosa atenção. Agradeço, em particular, as palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar.

São decorridos pouco mais de dez anos da primeira visita de um Chanceler brasileiro ao Gabão. Posteriormente, em outubro de 1975, Sua Excelência o Presidente El Hadj Omar Bongo, visitou o Brasil e as relações entre os dois países tiveram impulso decisivo. Foram abertas Embaixadas residentes em nossas respectivas capitais, foram

assinados Acordos de Cooperação Científica e de Cooperação Cultural e os montantes do comércio, até então mínimos, começaram a aparecer em nossas estatísticas. No ano passado, tive a oportunidade de receber em Brasília Sua Excelência o Senhor Georges Rawiri, Primeiro-Vice-Ministro da República Gabonesa, ocasião em que foram identificadas várias possibilidades de cooperação. No âmbito do crescente relacionamento entre nossos dois países, devo ainda registrar as visitas ao Gabão, em 1982, da corveta da Marinha Brasileira "Imperial Marinheiro" e de delegação de nossa Escola Superior de Guerra. Em ambos os casos, os brasileiros guardaram a melhor lembrança da hospitalidade e dos gestos de amizade proporcionados pelos gaboneses.

Assim como vemos com satisfação a troca de visitas de alto nível entre autoridades brasileiras e gabonesas, também acompanhamos com interesse o crescimento de nosso intercâmbio comercial, respaldado pela presença em Libreville de duas agências de bancos brasileiros. Da mesma forma, é para nós motivo de contentamento a presença entre nós de estudantes gaboneses, alguns dos quais já integram o corpo de funcionários diplomáticos do Gabão.

Senhor Ministro,

O Governo brasileiro acompanha com fraterno interesse a evolução da vida africana, de acordo com a orientação invariável do Governo do Presidente João Figueiredo. A intensificação das relações do Brasil com os países irmãos da África é a diretriz que já se transformou em realidade concreta. O Oceano Atlântico, longe de constituir-se numa barreira entre nós, mais e mais nos une. Na condição comum de ribeirinhos de um mesmo espaço oceânico, o Gabão e o Brasil, que também se aproximam por tantas afinidades históricas e culturais, reúnem condições ideais para desenvolver um relacionamento exemplar. Cabe-nos, portanto, explorar e desenvolver as oportunidades de intensificação do diálogo e da cooperação para o benefício e progresso mútuos de nossos povos.

No Brasil, preocupamo-nos com a persistência de certos focos de tensão na África. Por tudo que nos identifica com este continente, desejamos ver plenamente realizados os ideais de liberdade e de independência. Condenamos, pois, todas as manifestações que, na África Austral, conspiram contra essas aspirações das nações africanas.

Temos no Brasil um grande respeito pela capacidade demonstrada pelos países africanos, sobretudo o Gabão, de trabalhar no sentido da superação de divergências e abrandamento de tensões regionais. Essa moderação e esse sentido de realidade permite a convivência diplomática de regimes

com distinta orientação política, e cria clima para que se acelerem os esforços de cooperação regional.

Esperemos que estes exemplos de conciliação possam frutificar em outras áreas do globo.

Nesse momento de grave crise mundial, em que o sistema internacional não mais parece eficaz, evidencia-se a necessidade crescente de mudanças no comportamento das nações. Mais do que nunca, evidencia-se a necessidade de uma reflexão serena sobre medidas globais e integradas que permitam a superação do atual estado de coisas.

No plano político, onde se verifica o acirramento das tensões e o aumento incontrollável dos arsenais bélicos, é importante evitar a transposição de ameaças e conflitos para as áreas que nos são próximas e estimular todas as formas de cooperação regional.

Em particular, não devemos descurar do objetivo permanente de manter o Atlântico Sul a salvo de tensões e confrontações internacionais, como área que afeta primordialmente os interesses da paz e da cooperação entre os países em desenvolvimento que o margeiam.

No plano económico, onde as desigualdades na distribuição das riquezas mundiais e as deficiências do processo de tomada de decisões de alcance global se tornaram insustentáveis, devemos persistir em nosso esforço em prol da estruturação de uma Nova Ordem Económica Internacional, mais propícia ao desenvolvimento de todos os países, e que atenda eficazmente às condições específicas e às necessidades dos países em desenvolvimento. Cabe-nos, igualmente, ampliar a cooperação horizontal, entre os países em desenvolvimento, criando novas e inventivas formas de intercâmbio.

Senhor Ministro,

Se a minha visita e a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Gabão puderem contribuir para o enriquecimento de nossas relações, deixaremos Libreville, minha delegação e eu, profundamente satisfeitos. A missão a nós atribuída pelo Presidente João Figueiredo terá sido* cumprida.

A acolhida fraterna a nós proporcionada e as conversações mantidas entre as delegações brasileira e gabonesa evidenciam que nossa presença nesta cidade hospitaleira marcará uma fase de crescente fortalecimento dos laços de amizade e cooperação que nos unem.

Desejo expressar, em nome de minha delegação e em meu próprio, nossos sinceros agradecimentos por esta oportunidade de trocar ideias e de fazer planos conjuntos para o aprimoramento de nossas relações e também pelas manifestações de estima que recebemos durante a nossa permanência neste país amigo.

Convido os presentes a erguerem comigo suas taças pela felicidade de Sua Excelência, o Presidente El Hadj Ornar Bongo, pela saúde e bem-estar de Vossa Excelência, pela amizade entre o Brasil e o Gabão e pela prosperidade do povo gabonês.

Muito obrigado.

a terceira reunião da comissão mista brasil-costa do marfim

**Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Abidjan, em 18 de março de
1983, por ocasião da instalação da III Reunião da Comissão
Mista Brasil-Costa do Marfim.**

Senhor Ministro,

É com grande satisfação que presido, com Vossa Excelência, a cerimônia de instalação da Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim. Recém chegados a Abidjan, sentimo-nos já envolvidos, minha delegação e eu, pela recepção calorosa, fraterna de nossos amigos marfinianos.

Nestes dois dias, nossas delegações deverão passar em revista o estado atual das relações de cooperação entre nossos países e proceder à avaliação do muito que oferecem as perspectivas de desenvolvimento conjunto de suas potencialidades.

Três anos se passaram desde que nos reunimos pela última vez em Brasília. Verifico com satisfação que nossos Governos e os

setores privados brasileiro e marfiniano envolvidos na cooperação bilateral implementaram com eficiência e dedicação as recomendações do documento final da Segunda Reunião.

Nossas relações de cooperação se consolidam ao mesmo tempo em que se ampliam os domínios de ação comum. Torna-se mais intenso o intercâmbio de missões e número maior de brasileiros e marfinianos visitam-se mutuamente, buscando melhor conhecimento das respectivas realidades nacionais.

É-me grato assinalar que os bancos brasileiros instalados na Costa do Marfim têm contribuído para a maior dinamização de nossas relações de comércio, ao agilizarem os mecanismos de intercâmbio. Nesse sentido,

e na medida de suas possibilidades, o Banco do Brasil colocou recentemente à disposição dos importadores marfinianos linha de crédito no valor de 5 milhões de dólares, ora em utilização.

São igualmente promissoras as perspectivas de cooperação mutuamente vantajosa na área dos serviços de saneamento básico e da construção civil. Nesse domínio, como em outros, nossas semelhanças geográficas e climáticas e nosso estágio de desenvolvimento assemelhado possibilitam a utilização de tecnologias apropriadas e convenientes à nossa condição de países tropicais.

No que diz respeito à área da agricultura, o projeto de implantação da cultura da soja na Costa do Marfim, em fase avançada de implementação, constitui testemunho da disposição brasileira de transferir tecnologia própria, sem restrições de qualquer natureza, compartilhando nossa experiência com essa nação irmã. No espírito solidário que, em nosso entender, deve reger as relações de cooperação horizontal entre os países em desenvolvimento.

Senhor Ministro,

Desejamos intercambiar com seu país experiências em vasta gama de atividades e, em especial, no domínio da agricultura, da pesquisa agro-industrial, das técnicas de plantio e aproveitamento industrial de alimentos, dos combustíveis de fontes renováveis, levando em consideração o papel fundamental que desempenha o setor agrícola em nossas respectivas economias.

Essa cooperação poderá efetivar-se pela criação de empreendimentos comuns dimensionados realisticamente, em escala de grandeza compatível com nossas possibilidades, e adequados às características e condições de nossos países.

É, pois, com espírito de colaboração e solidariedade, Senhor Ministro, que haveremos de examinar os temas que compõem a agenda desta Terceira Reunião da Comissão Mista. Estou certo de que o trabalho das delegações marfiniana e brasileira apresentará resultados positivos e corresponderá, dessa forma, às legítimas expectativas de nossos dois países.

Muito obrigado.

chanceler brasileiro homenageado pelo ministro dos negócios estrangeiros da costa do marfim

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Abidjan, em 18 de março de 1983, por ocasião de jantar oferecido em sua homenagem pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, Simeón Aké.

Senhor Ministro,

É com viva satisfação que visito oficialmente a Costa do Marfim. Minha delegação e eu temos recebido atenções e gentilezas por

parte do Governo e do povo marfiniano, do que as palavras amigas que Vossa Excelência acaba de pronunciar constituem mais um grato exemplo.

Sentimo-nos, na verdade, como em nossa própria casa, tantas e tão significativas são as semelhanças geográficas e culturais que nos aproximam e que imprimem caráter especial a nossas relações.

Estou particularmente honrado com a oportunidade de ser recebido em audiência pelo Presidente Felix Houphouet Boigny, cujas qualidades de homem público e estadista sabemos reconhecer. O Presidente João Figueiredo incumbiu-me de ser junto ao Presidente marfiniano o intérprete dos sentimentos de sua amizade e da do povo brasileiro por esse grande líder africano e pelo povo amigo da Costa do Marfim.

Senhor Ministro,

Têm sido freqüentes os contactos entre nossos dois Governos. Meus antecessores à frente da Chancelaria brasileira visitaram oficialmente a Costa do Marfim em 1972 e em 1975. Em 1979, tive o prazer de receber Vossa Excelência em Brasília, primeiramente em março, como Representante Plenipotenciário do Presidente Houphouet Boigny às cerimônias de posse do Presidente João Figueiredo e, em setembro, quando em companhia do Ministro Laurent Donafolongo, honrou-nos novamente Vossa Excelência ao visitar oficialmente nosso país. Foi naquela oportunidade inaugurada a sede da Embaixada da Costa do Marfim em Brasília, monumento arquitetônico de grande beleza.

Senhor Ministro,

A realização da Terceira Reunião da Comissão Mista, cujos trabalhos terão início amanhã, oferecerá a oportunidade para que nossos Governos procedam a uma avaliação abrangente do desenvolvimento das relações de cooperação entre o Brasil e a Costa do Marfim. São vastos os domínios em que se desdobra nossa ação conjunta, testemunho do que pudemos realizar nos últimos anos e reflexo da vontade política dos nossos respectivos Governos de desen-

volver uma cooperação horizontal igualitária e solidária.

Essa interação harmoniosa tem seu fundamento maior nas profundas afinidades existentes entre os povos do Brasil e da África, resultado de um legado histórico e cultural que se estende de um lado a outro do Oceano Atlântico e que nos une com fraterna intensidade. Essa forte identidade espiritual manifesta-se por uma atitude solidária na maneira como encaramos muitos dos graves problemas que afligem um mundo dramaticamente marcado por uma crise econômica e financeira sem precedentes desde a década de 1930.

A atual crise internacional tem como um de seus principais corolários a percepção crescente da comunidade internacional da urgência e inevitabilidade da materialização de novas formas de cooperação. Cumpramos insistir na prioridade de medidas de mais longo alcance, que promovam, efetivamente, a recuperação econômica mundial e a estabilidade das economias dos países em desenvolvimento. Por isso mesmo, o Brasil entende que os países em desenvolvimento devem perseverar na construção de uma ordem econômica internacional mais justa e que nos permita superar as estruturas de desigualdade e de desequilíbrio que caracterizam o mundo atual.

Senhor Ministro,

O Brasil tem manifestado profunda preocupação pela crescente ampliação da transferência para as regiões menos desenvolvidas das tensões geradas pela confrontação entre as Superpotências. Inspirados nos princípios basilares de Direito Internacional, que pautam sua linha de ação externa, o Brasil defende a necessidade de que sejam respeitadas as opções políticas livremente adotadas por cada Estado no exercício de sua soberania e condena qualquer forma de intervenção, ingerência ou dominação estrangeira.

Nesse espírito, o Governo brasileiro tem expressado, em todos os foros internacionais, veemente condenação a todas as formas de discriminação racial, especialmente a política de **apartheid**, postulando sempre a necessidade de sua pronta erradicação. Defende o Brasil, com igual convicção, o direito do povo da Namíbia à independência, nos termos do plano das Nações Unidas. Meu Governo repele, portanto, qualquer artifício destinado a postergar ou impedir a solução pacífica dessa questão crucial.

Senhor Ministro,

Sentimo-nos ligados à África não apenas pelo amplo legado étnico-cultural que recebemos desse grande continente mas, igual-

mente, por compartilharmos de suas causas mais fundamentais. Por essa razão, o Brasil acredita que somente a eliminação dos resquícios de opressão e injustiça poderá trazer à África a paz, o desenvolvimento e a realização autêntica dos anseios legítimos e próprios de seus povos.

Peço agora a todos que comigo se unam a um brinde à saúde do Presidente Felix Houphouet Boigny, à prosperidade da nação marfiniana, ao desenvolvimento das relações de amizade e de cooperação entre o Brasil e a Costa do Marfim e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e dos demais presentes.

Muito obrigado.

saraiva guerreiro abre os trabalhos da terceira reunião da comissão mista brasil-guiné-bissau

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Bissau, em 21 de março de
1983, por ocasião da abertura da III Reunião da Comissão
Mista Brasil-Guiné-Bissau.

Senhor Ministro,

É com grande satisfação que, juntamente com Vossa Excelência, dou início aos trabalhos da Terceira Sessão da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau.

Esta Comissão tem sido um instrumento oportuno para estabelecer prioridades, analisar experiências já realizadas, corrigir eventuais falhas e estudar novos meios para consolidar a aproximação entre a Guiné-Bissau e o Brasil. Esses progressos foram possíveis porque nos guia a vontade política de traduzir em termos concretos uma amizade perene.

Podemos contemplar com otimismo o que já foi feito. Cresceu e desenvolveu-se o

intercâmbio de estudantes em nível de graduação universitária e de formação no SENAI/SENAC. Foram abertas, por mútuo interesse e com proveito recíproco, possibilidades de cursos especiais na Empresa de Correios e Telégrafos e no Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Professores brasileiros participaram do Curso de Direito aqui recentemente inaugurado. Algum material bibliográfico e científico pôde ser oferecido.

Esta cooperação é importante sobretudo porque corresponde à vontade de aproximação entre países em desenvolvimento, carentes, por definição, de recursos. A Guiné-Bissau e o Brasil souberam e quiseram trocar entre si experiências de desenvolvimento, alcançando objetivos de coope-

ração almejados por todos os países do Terceiro Mundo, mas que constituem, como é sabido, alvos particularmente difíceis de atingir.

No campo comercial, também criamos vínculos importantes. Através do mecanismo de linhas de crédito, foi possível estabelecer fluxos de intercâmbio inexistentes no período colonial, quando se atribuía exclusividade às trocas Norte-Sul.

Existe, portanto, considerável acervo de realizações, mas a rota a ser percorrida ainda é longa, nossos meios limitados e a crise econômica mundial nos tolhe. Estamos, todavia, certos de que nosso entendimento progredirá.

O Brasil orienta seu esforço de cooperação pela prioridade elevada que atribui a suas relações com os demais países em desenvolvimento, em particular os da América Latina e da África.

Esta prioridade não deve ser entendida como desejo de confrontação com os países desenvolvidos. Constitui, antes, uma intenção de fixar posições comuns com nações em condições semelhantes às nossas a fim de promover a realização de negociações Norte-Sul que levem, em espírito de conciliação e de respeito mútuo, ao encontro de soluções globais para a crise que hoje afeta a todos.

Falei da prioridade para descrever nossas relações com a África. Esse conceito é particularmente válido para definir nossa política em relação aos países africanos de expressão oficial portuguesa, aos quais estamos ligados por vínculos ditados por uma cultura compartilhada e pela História. Com estes países, nosso diálogo já é frutífero e só poderá fortalecer-se. Assim, creio eu, o entendem tanto o Governo do Brasil quando o de Guiné-Bissau.

Senhor Ministro,

Esta reunião da Comissão Mista permitirá novos progressos na sistematização e na ins-

titucionalização da cooperação entre nossas nações. A experiência acumulada já nos permite não apenas definir objetivos, mas também escolher processos para implementar as atividades de cooperação. Refiro-me à criação de projetos integrados, cujo efeito será mais elevado que o desenvolvimento de atividades isoladas. Para proveito mútuo, devemos examinar cuidadosamente o melhor aproveitamento de nossos recursos. Com base nas experiências já adquiridas, creio que uma das tarefas desta Comissão Mista poderia ser o estudo da melhora qualitativa dos programas de cooperação ora em desenvolvimento.

Novas áreas poderão, igualmente ser incluídas no campo da cooperação. Creio que o Governo de Vossa Excelência já manifestou interesse por um curso de formação de diplomatas. Dispomos de alguma experiência nesse terreno e já realizamos alguns programas desse tipo no exterior. Penso igualmente que o Governo de Guiné-Bissau adiantou seu desejo por uma cooperação na área da agricultura e dos recursos minerais. A área da energia poderia também ser explorada, em particular a utilização da biomassa. Será possível aqui examinar meios para uma aproximação nesses campos.

Verifica-se igualmente uma oportunidade para passarmos, serenamente, em revista nossas relações comerciais.

Estou certo, enfim, de que a reunião da Comissão Mista constituirá novo marco na consolidação de nossas relações. Enfrentamos o desafio de encontrar meios e fórmulas para manter e expandir, numa conjuntura complexa de crise do sistema econômico internacional, a aproximação que nossos povos desejam e que nossos Governos consideram prioritária. Já foi criada uma teia de interesses comuns e existe a decisão de progredir. Não tenho dúvida de que saberemos avançar por esse caminho.

Muito obrigado.

saraiva guerreiro em bissau: "alta prioridade nas relações do brasil com a áfrica"

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Bissau, em 21 de março
de 1983, por ocasião da recepção que lhe foi oferecida pelo
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Samba
Lamine Mane.

Senhor Ministro,

Com expressiva satisfação realizo esta visita à República da Guiné-Bissau. O entendimento que existe entre nossos dois países é evidente. Desde julho de 1974, quando o Brasil reconheceu a nova república africana, temos mantido um diálogo confiante e construtivo.

Multiplicaram-se os contactos em todos os níveis. Criaram-se e ampliaram-se fluxos de cooperação técnica e cultural. Desenvolveu-se, para benefício mútuo, um intercâmbio comercial totalmente inexistente no período colonial. Não se notam contenciosos entre nossos países.

Esse entendimento cresceu e consolidou-se porque baseado em premissas sólidas e realistas. Países do Terceiro Mundo, Brasil e Guiné-Bissau convergem em seus ideais de paz, de respeito à autodeterminação dos povos e à soberania dos Estados independentes, de adesão plena aos princípios da Carta das Nações Unidas.

Nosso relacionamento mostra também a maturidade de nossas nações ao respeitarem as opções econômico-sociais de cada qual e compreenderem as limitações materiais inerentes ao intercâmbio entre países em desenvolvimento.

O importante, porém, é que damos valor a esse intercâmbio. A troca de experiências entre países do Terceiro Mundo, a

cooperação "Sul-Sul", representa instrumento particularmente útil para o encaminhamento de nossos problemas. A cooperação igualitária e destituída de condicionamentos políticos que a caracteriza abrange já múltiplas áreas, inclusive a troca de tecnologias criadas em países em desenvolvimento.

Senhor Ministro,

Minha visita a Guiné-Bissau ocorre em momento internacional particularmente delicado. Defronta-se o mundo de hoje, e em especial o mundo em desenvolvimento, com a mais grave crise econômica dos últimos cinquenta anos. Contemplamos, em toda parte, quaisquer que sejam as estruturas econômico-sociais, um quadro de recessão, de desemprego, de limitação do comércio internacional. Esta crise atinge, sem dúvida, os países desenvolvidos, bem como os socialistas, mas seus efeitos são especialmente graves para os países do Sul, cujos produtos de exportação se vão gradativamente desvalorizando e cujas economias têm sido frontalmente atingidas pela alta das taxas de juros, pela diminuição da cooperação e pelas práticas protecionistas adotadas de maneira crescente pelas sociedades desenvolvidas.

Não se vislumbram soluções fáceis para esta crise. É possível apenas verificar que não será suficiente o uso de soluções ortodoxas e que terá de haver, antes de mais nada, um esforço global de cooperação.

O Presidente João Figueiredo, em seu discurso perante as Nações Unidas, em setembro passado, lembrou que a situação atual constitui, em realidade, uma crise profunda da totalidade do sistema econômico internacional, que só poderá ser solucionada por iniciativas globais de entendimento e de solidariedade. Os países desenvolvidos terão assim de aceitar, afirmou na mesma ocasião o Presidente Figueiredo, o Terceiro Mundo como parceiro dinâmico, cujo esforço por uma melhor posição no cenário mundial é plenamente legítimo e benéfico para todos. Os países em desenvolvimento deverão, por sua vez, fortalecer sua interdependência e consolidar sua solidariedade.

A crise que ora nos afeta, Senhor Ministro, não se limita apenas à área econômica. Multiplicam-se os conflitos e confrontações, alastram-se para regiões do Terceiro Mundo atritos e choques.

Na área do Atlântico Sul, assistimos recentemente a grave e perturbador conflito. Não nos devemos descurar de nosso propósito permanente de manter o mar que nos une a salvo de tensões derivadas de interesses alheios às nações em desenvolvimento de ambas as margens e de assegurar que esse espaço oceânico sirva sempre à cooperação pacífica e à solidariedade crescente entre nossos países.

Acompanhamos com preocupação a crise que se desenvolve na parte meridional do continente africano. A extrema lentidão em dar efeito às resoluções pertinentes da ONU sobre a Namíbia, ou até mesmo sua negação; as agressões contra Estados amigos tanto do Brasil quanto da Guiné-Bissau constituem atos que repudiamos com veemência. A institucionalização da discriminação racial merece nossa condenação não menos resoluta. Venho aqui expressar de maneira clara a solidariedade do Brasil com o nacionalismo e o patriotismo africanos, atingidos pelas situações que se criaram na parte austral deste continente. Esta solidariedade, adiantada também pelo Presidente

Figueiredo nas Nações Unidas, é parte integrante da posição internacional do Brasil e é por todos reconhecida.

Inabalável é nosso respeito aos princípios da igualdade entre os Estados, da busca da paz, da recusa da intervenção em assuntos internos de países soberanos, do primado, enfim, do direito internacional nas relações entre Estados. Para o Brasil, não se trata apenas da aceitação de princípios genéricos, mas da fidelidade prática e diária a conceitos que instituem as melhores garantias possíveis para a convivência internacional.

A existência de interesses políticos e econômicos comuns, a consciência de heranças culturais compartilhadas, a proximidade geográfica, levam-nos a conceder, em nossa política exterior, alta prioridade a nossas relações com a África.

Minha visita constitui exemplo dessa prioridade. Desejamos estreitar o nosso entendimento. Consideramos particularmente importantes as nossas relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa, cuja dimensão no cenário internacional cresce continuamente. Verificamos, com interesse, como esses países vêm institucionalizando suas relações, formando hoje o grupo de países africanos de expressão oficial portuguesa, que deverá reunir-se proximamente nesta capital. É nossa intenção aprofundar o diálogo com esse grupo cujos objetivos compreendemos e cujas características próprias, africanas, respeitamos.

Senhor Ministro,

Nossa cooperação bilateral será amplamente estudada na Terceira Reunião da Comissão Mista que ora se reúne. Existe vontade política de aproximação e a Comissão Mista constitui foro adequado para, dentro dos limites que nos são impostos por nossa condição de países em desenvolvimento e pela situação vigente no cenário mundial, criar

e desenvolver vínculos que unam nossos países e tragam proveito a nossos povos. Poderemos passar em revista os resultados já alcançados, estudar pormenorizadamente novas prioridades, estabelecer parâmetros para uma ação futura* oportuna e realista. Esse é o entendimento de nossos líderes; esse, estou certo, foi o entendimento de Amílcar Cabral.

Ergo minha taça à felicidade pessoal de Vossa Excelência, de Sua Excelência o Senhor Presidente João Bernardo Vieira, aos bons resultados de nossa Comissão Mista, à amizade entre os nossos povos e ao progresso da República de Guiné-Bissau,

Muito obrigado *

*Na página 57, seção **Notícias**, uma nota sobre o Acordo para funcionamento do Escritório de Área da Repartição Sanitária Pan-Americana em Brasília.

a terceira sessão da comissão nacional para assuntos antárticos

Palavras do Chanceler Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 29 de março de 1983, por ocasião da Terceira Sessão da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR).

No momento em que a CONANTAR volta a se reunir, é com satisfação que se pode constatar que o Brasil não mais se situa entre os países aspirantes à Antártida, mas já começa a se integrar efetivamente à comunidade de países que se fazem presentes na região. Depois das bem-sucedidas expedições antárticas no verão 1982/1983, o país está a caminho de habilitar-se ao pleno exercício dos direitos e deveres previstos no Tratado da Antártida.

2. Em 1975, o Brasil assinou o Tratado da Antártida. Dentro da sistemática daquele instrumento internacional, a próxima etapa é o acesso à condição de Membro Consultivo. Dentro desse processo, que poderá resguardar nossos interesses diretos e substanciais na Antártida, é importante que acompanhem os desenvolvimentos do assunto no contexto internacional.

3. Durante a XXXVII AGNU, a Delegação da Malásia tomou a iniciativa de trazer àquele foro o problema da Antártida. afirmou que, embora haja mérito indiscutível no Tratado em vigor, na medida em que proscree atividades militares na região e estimula a cooperação científica internacional, é necessário que se proceda a uma nova negociação, aberta a todos os países, sob

a égide das Nações Unidas. Citando o exemplo da recém-concluída III CONFIMAR, a Delegação da Malásia afirmou que o livre acesso à região deve ser facultado a todos os países, independentemente de requisitos de natureza científica ou técnica.

4. A proposta da Malásia, com o respaldo da Índia, voltou a ser apresentada na recente reunião de cúpula dos Países Não-Alinhados, realizada em Nova Delhi, no corrente mês.

5. Diante desses fatos, que poderão assumir contornos de um movimento de oposição ao sistema do Tratado de Washington, é de se prever um interesse crescente dos Membros Consultivos em que o Brasil se torne também Membro Consultivo. A esse respeito, na Reunião sobre Recursos Minerais realizada em Washington, em junho de 1982 e em janeiro deste ano, foi adotada uma decisão indicando que será dada boa acolhida ao pedido do Brasil para ascender ao **status** de Membro Consultivo, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos no Tratado.

6. O acompanhamento desses fatos deverá ser uma das preocupações da CONANTAR, como órgão diretivo da Política Nacional para Assuntos Antárticos.

7. Durante o II Seminário sobre Assuntos Antárticos, realizado de 21 a 25 deste mês no Rio de Janeiro, foram apresentadas as pesquisas realizadas pela equipe de cientistas que integrou as expedições antárticas do último verão. A participação de cientistas do navio de pesquisas alemão "POLARSTERN" no mesmo evento é uma indicação de que estão efetivamente abertas as vias de cooperação e intercâmbio de experiências com os países que há

muitos anos vêm desenvolvendo trabalhos sérios de estudo e pesquisa antártica.

8. Trata-se da III Sessão da CONANTAR. A Sessão de Instalação teve lugar no dia 7 de outubro de 1982. A II Sessão realizou-se no dia 9 de fevereiro deste ano. Um exame da agenda desta reunião, e da documentação referente a cada item, indica bem o volume de trabalho que a importância e complexidade dos assuntos ligados à Antártida exigirão desta Comissão.

relações diplomáticas

brasil e belize estabelecem relações diplomáticas

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 19 de março de 1983:

Os Governos da República Federativa do Brasil e de Belize, desejosos de fortalecer os laços de amizade entre seus povos, concordaram em estabelecer, nesta data, relações diplomáticas em nível de Embaixada e designar Embaixadores não-residentes. Ambos os Governos expressaram sua confiança em que este Acordo contribuirá para estreitar as relações entre os dois países e assegurar um relacionamento mais próximo e mutuamente benéfico.

designação de embaixadores brasileiros

David Silveira da Mota Júnior, para Embaixador junto ao **Grão Ducado de Luxemburgo** (cumulativamente com a função de Embaixador na **Bélgica**); António Conceição, para Embaixador em **Bangladesh**; e Hécio Tavares Pires, para Embaixador junto aos **Emirados Árabes Unidos**, em 23 de março.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Círiaco Landolfi, da **República Dominicana**; Kuniyoshi Date, do **Japão**; e Henry Wenmaekers, da **Bélgica**, em 25 de janeiro,

Gustavo Fernández Saavedra, da **Bolívia**, e Lualaba Emeleme Alekia, do **Zaire**, em 29 de março.

— brasil e espanha desenvolvem cooperação nos setores agrícola, pecuário, florestal, pesqueiro e agroalimentar

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a Espanha, para a constituição de um Grupo de Trabalho destinado a examinar a cooperação nos setores agrícola, pecuário, florestal, pesqueiro e agroalimentar, assinado no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 18 de janeiro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Espanha, Francisco Javier Vallaure.

A Sua Excelência o senhor Francisco Javier Vallaure, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Espanha.

Senhor Embaixador,

Por ocasião de sua visita oficial à Espanha, no período de 24 a 29 de abril de 1981, o Ministro da Agricultura do Brasil considerou com o Ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha a possibilidade de criar-se um grupo de Trabalho específico para a cooperação nos setores agrícola, pecuário, florestal, pesqueiro e agroalimentar. Com referência àqueles entendimentos e tendo em vista, no que sejam aplicáveis, os termos do Convênio Básico de Cooperação Técnica Brasil-Espanha, concluído em Brasília, o 1º de abril de 1971, tenho a honra de propor a Vossa Excelência o seguinte:

(I) A fim de facilitar e estimular a cooperação entre os dois países nos setores agrícola, pecuário, florestal, pesqueiro e agroalimentar, um Grupo de Trabalho será estabelecido pelo Ministério da Agricultura do Brasil e pelo Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha. Este Grupo de Trabalho procederá a uma avaliação do estado atual da cooperação antes mencionada, estudará a possibilidade de sua expansão e promoverá a colaboração entre empresas públicas e privadas do Brasil e da Espanha.

(II) O Grupo de Trabalho será presidido pelos respectivos Ministros, ou por pessoas por eles designadas, ocupando as vice-presidências pessoas designadas, em cada caso, pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministério de Assuntos Externos da Espanha, respectivamente. As reuniões realizar-se-ão, em princípio, uma vez por ano, alternadamente em Brasília e em Madri. A agenda de cada encontro será aprovada pelo menos um mês antes de sua realização, de comum acordo entre as Partes.

(III) Entende-se que o desenvolvimento da cooperação deverá ser de natureza técnica e econômica, atendendo às atividades de produção e distribuição agrícola, pecuária, florestal, pesqueira e agroalimentar, prioritariamente nos seguintes setores:

1. produção e conservação de energia na agricultura;
2. conservação de recursos naturais, desenvolvimento florestal, proteção hidrológico-florestal e combate à desertificação;
3. ocupação de novas áreas e desenvolvimento dos programas brasileiros "Provárzeas" e "Cerrados", dentre outros;
4. defesa sanitária vegetal e animal;
5. pesquisa e extensão rural;
6. cooperação no setor pesqueiro;
7. processamento de produtos agropecuários, florestais e agroalimentares;
8. intercâmbio comercial de produtos agrícolas e de insumos agrícolas.

(IV) Com relação aos setores mencionados no item anterior, o Grupo de trabalho promoverá a cooperação com visitas à implantação de programas e projetos específicos. Tais programas e projetos deverão contemporar, quando possível, a participação da iniciativa privada em todas as etapas do processo de produção, bem como no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa, extensão e industrialização.

(V) O Grupo de Trabalho deverá manter, permanentemente, estreito contato com empresas públicas e privadas, a-

grícolas e agroindustriais, cujos representantes poderão ser convidados a participar de suas sessões.

(VI) O desenvolvimento da cooperação requer o intercâmbio de técnicos. Os gastos decorrentes desse intercâmbio estarão a cargo do país remetente, tanto no que se refere ao transporte internacional, quanto ao transporte doméstico, alojamento e manutenção no país recipiendário.

(VII) O Grupo de Trabalho submeterá aos Ministérios interessados de cada país um relatório anual das atividades de cooperação dentro de sua competência.

2. Caso Vossa Excelência concorde com o acima exposto, o Grupo de Trabalho será estabelecido pela presente Nota e a que Vossa Excelência em resposta me dirigir, de igual teor e mesma data.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

acordo para funcionamento do escritório de área da repartição sanitária pan-americana, em Brasília

Acordo entre o Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana para o funcionamento do Escritório de Área, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de janeiro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo diretor do escritório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) em Brasília, Carlos Dávila.

A Repartição Sanitária Pan-Americana (doravante denominada "Repartição"), e
O Governo da República Federativa do Brasil (doravante denominada "Governo");

CONSIDERANDO que é objetivo fundamental da Repartição a "promoção e coordenação dos esforços dos países do Hemisfério Ocidental para combater as doenças, prolongar a vida e estimular o melhoramento físico e mental de seus habitantes";

CONSIDERANDO que, com o fim de realizar estes propósitos, é conveniente manter e ampliar o Escritório de Área da Repartição no Brasil;

CONSIDERANDO que, em virtude do que dispõe o Código Sanitário Pan-Americano, assinado em Havana, a 14 de novembro de 1924, e ratificado pelo Brasil, a Repartição Sanitária Pan-Americana constitui o organismo coordenador das atividades sanitárias internacionais nas Repúblicas americanas;

CONSIDERANDO que, em virtude do Acordo entre a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), assinado em 24 de maio de 1949, a Repartição Sanitária Pan-Americana, Secretariado da OPAS, tornou-se também o Escritório Regional da OMS no Hemisfério Ocidental; e

CONSIDERANDO que é conveniente formalizar um Acordo com o propósito de determinar as condições, facilidades e prerrogativas que o Governo da República Federativa do Brasil concederá à Repartição Sanitária Pan-Americana, com relação ao funcionamento de seu Escritório de Área no Brasil;

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

A Repartição fica autorizada a manter na Cidade de Brasília a Sede de seu Escritório de Área, que atuará como centro de promoção, coordenação e desenvolvimento das funções estabelecidas no Código Sanitário Pan-Americano e das atividades da Organização Pan-Americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, no território brasileiro e em países vizinhos que estejam compreendidos na órbita de influência estabelecida para o referido Escritório.

ARTIGO II

O Escritório de Área será parte integrante da Repartição e terá o status jurídico, as prerrogativas e as imunidades que se aplicam à Repartição, conforme se especifica neste Acordo.

ARTIGO III

A Repartição, seus bens e ativo gozarão de imunidade de todas as formas de processo legal, exceto na medida em que, em qualquer caso determinado, houver expressamente renunciado a sua imunidade. Fica entendido, porém, que nenhuma renúncia de imunidade se estenderá a qualquer medida de execução.

ARTIGO IV

A Sede do Escritório de Área na Cidade de Brasília e os escritórios da OPAS/OMS no Brasil, seus arquivos e documentos serão invioláveis.

ARTIGO V

1. A Repartição, seu ativo e bens no Brasil estarão:

- a) isentos de qualquer imposto direto. Fica, todavia, entendido que a Repartição não poderá solicitar isenção de impostos que não sejam mais do que uma simples remuneração dos serviços de utilidade pública;
- b) isentos de qualquer direito de alfândega, proibição ou restrição de importação ou exportação para objetos importados ou exportados pela Repartição para seu uso oficial. Fica entendido, todavia, que os artigos importados de acordo com essa isenção não serão vendidos no território brasileiro, a menos que o sejam conforme as normas vigentes;
- c) isentos de todo direito de alfândega e de toda proibição ou restrição de importação e exportação para suas publicações oficiais.

2. A Repartição gozará, no que diz respeito a tarifas postais, de tratamento não menos favorável que o tratamento concedido a qualquer outro Governo, inclusive à missão diplomática deste.

ARTIGO VI

O Diretor da Repartição, ou seu representante devidamente autorizado, comunicará ao Governo os nomes dos funcionários e do pessoal internacional a que correspondem as prerrogativas mencionadas neste Acordo.

ARTIGO VII

Os representantes, funcionários da Repartição e o pessoal internacional que para ela trabalharem no Brasil:

- a) serão imunes de processo legal quanto às palavras faladas ou escritas e a todos os atos por eles executados na sua qualidade oficial;
- b) gozarão de isenção de impostos, quanto aos salários e vencimentos a eles pagos pela Repartição e em condições idênticas às de que gozam os funcionários das Nações Unidas;
- c) terão direito de importar, com isenção de direitos, seus móveis e objetos, quando assumirem pela primeira vez o seu posto no Brasil.

ARTIGO VIII

Não gozarão das imunidades previstas no Artigo precedente, itens "a" e "c", as pessoas nele enumeradas que forem de nacionalidade brasileira.

ARTIGO IX

A Repartição tomará as medidas necessárias para a solução adequada de:

- a) disputas que se originem de contratos e outras questões de direito privado em que a Repartição seja parte;
- b) disputas em que seja parte qualquer funcionário ou membro da Repartição que goze de imunidade, por sua posição oficial, no caso do Diretor não renunciar à mesma, de acordo com o Artigo X.

ARTIGO X

1. Os privilégios e imunidades são concedidos aos funcionários, representantes ou pessoal internacional da Repartição apenas no interesse da mesma, e não para benefício pessoal dos próprios indivíduos.

2. A Repartição terá o direito e o dever de renunciar à imunidade de qualquer funcionário, representante ou pessoal internacional em qualquer caso em que a imunidade impeça o andamento da justiça e possa ser dispensada sem prejuízo para os interesses da Repartição.

ARTIGO XI

1. O presente Acordo poderá ser revisto por solicitação de qualquer das Partes. Em tal caso, haverá consultas prévias sobre as modificações a serem feitas.

2. Caso as negociações não cheguem a termo dentro de um ano, o presente Acordo poderá ser rescindido ou denunciado por qualquer das Partes, mediante notificação prévia de um ano.

ARTIGO XII

O presente Acordo entrará em vigor na data em que a Repartição acusar recebimento da notificação do Governo de que o Acordo foi aprovado segundo as normas constitucionais brasileiras. Nessa data deixará de vigorar o Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana para o Funcionamento do Escritório Regional da Repartição no Rio de Janeiro, concluído no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951.

Feito em Brasília, aos 20 dias do mês de janeiro de 1983, em dois exemplares, no idioma português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.*

*Na seção **Notícias**, página 57, uma nota do Itamaraty à imprensa sobre a visita do Chanceler Saraiva Guerreiro ao Gabfíb, Costa do Marfim e Guiné-Bissau.

memorando de entendimento entre brasil e estados unidos da américa para cooperação em experimentos aeroespaciais

Memorando de Entendimento entre Brasil e Estados Unidos da América, para a cooperação em experimentos aeroespaciais empregando foguetes de sondagem, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 31 de janeiro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador norte-americano, Langhorne A. Motley.

O Governo da República Federativa do Brasil e

O Governo dos Estados Unidos da América,

doravante denominados Partes Contratantes,

CONSIDERANDO o Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre os dois Governos de 1 de dezembro de 1971, conforme emendado e prorrogado em 28 de dezembro de 1976 e novamente prorrogado para 30 de novembro de 1981, 1 de junho de 1982 e 30 de novembro de 1982,

CONVÊM no seguinte:

ARTIGO I

Para a implementação do presente Memorando de Entendimento o Governo da República Federativa do Brasil designa como Instituição Executora a Força Aérea Brasileira, por meio do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), e o Governo dos Estados Unidos da América designa como Instituição Executora a Força Aérea dos Estados Unidos da América, por meio do "Air Force Geophysical Laboratory (AFGL)".

ARTIGO II

O presente Memorando de Entendimento tem por objetivo estabelecer uma base, sujeita às leis e regulamentos de cada uma das Partes, para o desenvolvimento e a execução de programas conjuntos entre as Instituições Executoras mencionadas acima, referentes à cooperação científica e técnica em experimentos aeroespaciais empregando foguetes de sondagem brasileiros e norte-americanos, lançados dos territórios de qualquer das partes.

ARTIGO III

1. O planejamento e a implementação dos experimentos cobertos por este Memorando de Entendimento serão

efetuados por uma Comissão de Coordenação constituída por dois representantes do CTA e dois representantes do AFGL. Para cada experimento proposto, a Comissão de Coordenação:

- a) definirá objetivos e características técnicas;
- b) procederá aos necessários preparativos para a execução do experimento, inclusive o estabelecimento das responsabilidades programáticas de cada uma das Partes;
- c) redigirá um projeto pormenorizado do experimento proposto, para aprovação pelas autoridades nacionais; e
- d) após a conclusão do experimento, preparará um relatório final.

2. A Comissão se reunirá quando necessário, em data e local a serem acordados pelas Partes Contratantes.

ARTIGO IV

1. Todos os dados resultantes dos experimentos serão especificamente atribuídos a este Memorando de Entendimento e serão colocados à disposição da comunidade científica mundial através dos canais costumeiros e segundo os procedimentos normais das Instituições Executoras.

2. Os direitos de propriedade de quaisquer dados, informações técnicas, ou equipamentos fornecidos no âmbito deste Memorando de Entendimento serão totalmente reconhecidos e protegidos de acordo com a legislação nacional de cada uma das Partes Contratantes aplicável a tais direitos. É responsabilidade da Parte Contratante que fornecer tais dados, informações ou equipamentos informar à Parte Contratante a existência de tais direitos.

3. Nenhum dado ou equipamento classificado será trocado no âmbito deste Memorando de Entendimento.

ARTIGO V

1. A possibilidade de ambas as Partes realizarem atividades no âmbito deste Memorando de Entendimento estará sujeita à disponibilidade dos fundos destinados para tal fim.

2. Cada uma das Partes Contratantes arcará com os custos do desempenho de suas respectivas responsabilidades, inclusive transporte e subsistência de seu próprio pessoal, e custos de transporte de todo equipamento de sua responsabilidade.

ARTIGO VI

Sujeito a acordo entre as Partes Contratantes, este programa poderá incluir o intercâmbio de cientistas, engenheiros

ros e outro pessoal necessário. As Partes Contratantes facilitarão a concessão de vistos para a entrada e saída de seus respectivos territórios de cientistas, engenheiros e outro pessoal necessário, que exerçam atividades no âmbito deste Memorando de Entendimento. Os bens pessoais do pessoal referido neste Artigo, bem como o equipamento necessário para o exercício de suas atividades, serão admitidos livres de impostos em base temporária, de acordo com a legislação e os regulamentos de cada uma das Partes.

ARTIGO VII

Cada Parte Contratante renuncia a todas as demandas contra a outra por danos sofridos em virtude de atividades realizadas no âmbito deste Memorando de Entendimento. A responsabilidade por danos sofridos por terceiras partes será estabelecida segundo as disposições e normas das legislações nacionais e através de consultas entre as Partes Contratantes.

ARTIGO VIII

1. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a duração de cinco anos. Poderá ser prorrogado ou emendado por troca de notas diplomáticas.

2. O presente Memorando de Entendimento poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes, mediante comunicação por escrito à outra Parte Contratante, com antecedência de seis meses.

Feito em Brasília, aos 31 dias do mês de janeiro de 1983, em dois originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

brasil emarrocoss assinam acordo comercial

Acordo Comercial entre o Brasil e o Reino do Marrocos, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 17 de fevereiro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro marroquino do Comércio, Indústria e Turismo, Azedine Guessus.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino do Marrocos,

ANIMADOS do desejo de reforçar os laços de amizade existentes entre os dois países,

DESEJOSOS de facilitar e de desenvolver o intercâmbio econômico e comercial entre os dois países nas bases do princípio de igualdade e de vantagens recíprocas.

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes concederão às exportações da outra Parte um tratamento não menos favorável que aquele concedido ao comércio com terceiros países, sobretudo o tratamento dispensado às exportações provenientes das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).

2. Estas disposições se aplicam igualmente a todos os demais assuntos relativos ao intercâmbio comercial entre os dois países, em consonância com seus objetivos de desenvolvimento e sem prejuízo de seus respectivos compromissos internacionais.

3. Todavia, esta disposição não se aplica quando se tratar da concessão ou da manutenção:

- a) das vantagens concedidas por uma das Partes Contratantes aos países limítrofes com vistas a facilitar o comércio fronteiriço;
- b) das vantagens estabelecidas por uma união aduaneira ou zona de livre comércio, das quais uma das Partes Contratantes seja ou possa tornar-se membro.

ARTIGO II

De conformidade com as leis e regulamentos em vigor, em cada país, as Partes Contratantes empreenderão todas as medidas necessárias ao desenvolvimento contínuo das trocas comerciais entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, no quadro da cooperação entre países em desenvolvimento.

ARTIGO III

Os produtos e serviços objeto de importação e exportação inseridos no quadro do presente Acordo serão aqueles que acordarem as pessoas físicas e jurídicas habilitadas a se ocupar do comércio exterior no Brasil e no Marrocos.

ARTIGO IV

Com o objetivo de facilitar o desenvolvimento do comércio bilateral, as Partes Contratantes estimularão as pessoas físicas ou jurídicas a concluir contratos de longo prazo para os produtos e serviços que sejam do interesse para os dois países.

ARTIGO V

As Partes Contratantes, de acordo com as leis e regulamentos em vigor nos seus respectivos países, facilitarão o transporte, dentro do seu território, de mercadorias provenientes de uma terceira parte e destinadas a uma ou outra das Partes Contratantes.

ARTIGO VI

Com a finalidade de promover o desenvolvimento de suas relações comerciais, as Partes Contratantes concederão as facilidades necessárias à participação em feiras e à organização de exposições comerciais em seus países na forma do disposto nas leis e regulamentos respectivos.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes autorizarão a importação e exportação dos produtos enumerados a seguir com franquias de direitos alfandegários, e na forma do disposto nas leis e regulamentos respectivos, quando provenientes do território de uma ou de outra Parte Contratante:

- a) amostras e material publicitário sem valor comercial, destinados unicamente à publicidade e para obter encomendas;
- b) mercadorias, produtos e ferramentas necessários à organização de feiras comerciais e exposições;
- c) produtos e mercadorias importados sob o regime de admissão temporária.

ARTIGO VIII

Os pagamentos relativos ao intercâmbio comercial objeto do presente Acordo serão efetuados em moeda livremente conversível, conforme regulamentos sobre o controle de câmbio em vigor em cada país.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes fornecer-se-ão, reciprocamente, todas as informações úteis ao intercâmbio comercial entre os dois países.

ARTIGO X

1. Institui-se uma Comissão Mista composta de representantes de ambos os Governos, encarregada de supervisionar o bom funcionamento do presente Acordo.

2. A Comissão Mista poderá reunir-se se convocada por uma das Partes com vistas a analisar o intercâmbio comercial entre ambos os países, examinar os problemas apresentados pela execução do presente Acordo e propor, segundo o caso específico, todas as medidas apropriadas que possam melhorar as relações comerciais entre os dois países.

3. A data e local de reunião da Comissão Mista serão estabelecidos de comum acordo entre as Partes Contratantes.

ARTIGO XI

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação, de acordo com os procedimentos constitucionais de cada Parte Contratante.

2. A validade do presente Acordo será de cinco anos, renovável por recondução tácita, anualmente, até que uma das Partes Contratantes o denuncie, por via diplomática, ao menos seis meses antes da data de sua expiração.

ARTIGO XII

As disposições do presente Acordo continuarão sendo aplicadas após a cessação de sua validade a todos os compromissos e contratos concluídos durante o período de sua validade e não integralmente executados na data de sua expiração.

Feito em Brasília, aos 17 dias do mês de fevereiro de 1983, em três exemplares originais, nas línguas portuguesa, árabe e francesa, sendo os três textos igualmente autênticos.

presidente joão figueiredo

visitará o méxico

**Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado
em Brasília, em 17 de fevereiro de 1983:**

A convite de Sua Excelência o Senhor Miguel de la Madrid, Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, o Senhor Presidente da República visitará oficialmente aquele país nos dias 27 e 28 de abril próximo. A visita presidencial terá lugar na cidade de Cancún.

presidente figueiredo envia mensagem ao primeiro - ministro da Índia, indira gandhi

Texto da mensagem do Presidente João Figueiredo ao Primeiro-Ministro da Índia, Indira Gandhi, entregue em 3 de março de 1983, pelo observador do Brasil à VII reunião dos Países Não-Alinhados, em Nova Delhi, Sérgio Thompson-Flores.

Senhora Primeiro-Ministro,

Por ocasião da Sétima Reunião de Cúpula do Movimento de Países Não-Alinhados que ora se reúne, desejo enviar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, às Delegações presentes em Nova Delhi, os votos que formulo, cordial e sinceramente, em nome do Governo brasileiro, pelo êxito das deliberações dessa magna Conferência.

2. O Brasil tem acompanhado o Movimento de Países Não-Alinhados, com interesse e esperança, desde sua criação. Nele identificamos uma intenção justa e necessária em prol da paz e da redução das tensões internacionais.

3. Mais do que nunca, em meio à gravíssima crise internacional que vem pondo por terra os esforços e as expectativas legítimas dos países em desenvolvimento de promover o bem-estar de seus povos e de assegurar uma ordem econômica internacional mais equitativa, caberá ao Movimento de Países Não-Alinhados, na expressão autêntica dos seus princípios e objetivos originais, procurar novos caminhos que permitam aos países pobres, dentro de uma moldura de cooperação e fraternidade, superar as dificuldades que lhes foram impostas a trazer inspiração e alento para a revisão das relações internacionais que se faz necessária.

4. Creio que, sem desatender às agudas e legítimas preocupações com a eliminação dos resíduos do racismo e do colonialismo e com a redução e eliminação de focos específicos de confrontação, o Movimento de Países Não-Alinhados está convocado para a tarefa de utilizar a oportunidade histórica que a reunião de Nova Delhi oferece para que dela surjam recomendações e propostas solidárias, que permitam ao Terceiro-Mundo superar as grandes dificuldades econômicas que enfrenta.

5. Procurei, Senhora Primeiro-Ministro, ao falar diante da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em setembro último,

trazer a contribuição brasileira para essa grande convocação de povos e ideias e estou seguro de que as preocupações brasileiras encontrarão ampla ressonância nos recintos em que se reúne o Movimento Não-Alinhado.

6. Ao pedir a Vossa Excelência que aceite minhas felicitações pela escolha da Índia e sua, pessoalmente, para a condução do Movimento Não-Alinhado pelos próximos três anos, gostaria de manifestar nossa confiança em que as inspirações mais legítimas do não-alinhamento terão fiel e conseqüente expressão. Reitero o interesse do Brasil pelo êxito do Movimento e nossa ampla solidariedade com os países amigos que o integram.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração,

de Vossa Excelência,

joão figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil

na mensagem ao presidente figueiredo, o presidente do equador sugere um programa de ação latino-americana

Carta do Presidente do Equador, Osvaldo Hurtado, ao Presidente João Figueiredo, entregue pessoalmente pelo Embaixador equatoriano, Gustavo Ruales, em 14 de março de 1983:

A Su Excelência
Señor General don
João Baptista de Oliveira Figueiredo,
PRESIDENTE DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL
En Sus Manos.

Señor Presidente:

Hace un año, al pasar revista a la coyuntura latinoamericana, coincidimos con usted en que las necesidades y aspiraciones de América Latina constituyen un aspecto prioritario. Verificamos, entonces, que los países latinoamericanos, con una personalidad propia en su acción política para la orientación y la solución de los problemas internacionales, deben tener participación efectiva en las decisiones sobre cuestiones de interés global.

Hoy, señor Presidente, me preocupa aún más la grave e incierta situación económica internacional que tanto afecta a nuestros países, y me asiste la certeza de que para alcanzar soluciones que permitan superar los problemas económicos y sociales de tan difícil hora y sortearlos con el menor sacrificio para nuestros pueblos, es menester el mayor esfuerzo conjunto y la más intensa colaboración recíproca.

A este propósito, me estoy dirigiendo a los señores don Enrique Iglesias y don Carlos Alzamora, Secretario Ejecutivo de la CEPAL y Secretario Permanente del SELA, respectivamente, mediante comunicación cuyo texto usted encontrará junto a la presente, solicitándoles la preparación de una propuesta que permita la formulación de un Programa de Acción de Latinoamérica, para enfrentar la crisis.

Abrigo la esperanza de que usted, señor Presidente, encontrará útil esta iniciativa, y no dudo de que la acogida que la dispense será decisiva para que en el más breve plazo los gobiernos de la Región dispongamos del aludido Programa, en cuya formulación es de singular importancia la contribución brasileña.

Con mis cordiales votos por su ventura personal y el constante progreso de su país, ruegole recibir los renovados testimonios de mi mayor consideración.

Le saluda efectuosamente,

Oswaldo Hurtado,
PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE
LA REPUBLICA DEL ECUADOR.

carta aos secretários-executivos da cepal e do sela

Señores
Enrique Iglesias,
Secretario Ejecutivo de la CEPAL y
Carlos Alzamora,
Secretario Ejecutivo del SELA,
En sus manos.

Estimados amigos:

Al iniciarse el año 1983, pocas dudas quedan sobre la gravedad de la crisis económica internacional. Desde la gran depresión de los años treinta el mundo no ha conocido una crisis tan profunda y prolongada. De sus perniciosos efectos casi ninguna sociedad ha logrado escapar, pues, parecidos son los problemas que sufren los países del norte desarrollado y los del sur en vías de desarrollo, los del este socialista y los de occidente. El hecho de que ella afecte a todas las sociedades, cualesquiera sea

su orientación ideológica, su régimen político y su modelo económico, es la mejor demostración de que nos encontramos ante un fenómeno de carácter universal que involucra a todas las naciones.

Si bien no hay país que hoy este libre de dificultades económicas, son los pueblos del Tercer Mundo los que más problemas sociales y políticos sufren y, entre ellos, los de América Latina y El Caribe. En efecto, en 1982, tanto el producto interno bruto como el ingreso por habitante, se redujeron en términos que no habían ocurrido en los últimos cuarenta años y la tasa media de inflación fue, y en mucho, la más alta hasta ahora registrada en la Región. Si los altos índices de crecimiento de las décadas pasadas - que hoy pueden apreciarse en toda su significación — no lograron eliminar esa herida profunda que escinde nuestras sociedades, constituida por

la miseria, la injusticia y el subempleo, o el desempleo, ya puede imaginarse lo que vendrá en el futuro si se prolonga la depresión económica más allá de 1985, como se teme. Se encuentra, pues, en juego, como nunca antes, la paz social de las naciones y la estabilidad del sistema democrático; en suma, el destino de vastas comunidades humanas que, día a día, ven agravarse sus problemas sociales no resueltos y con temor advierten la posibilidad de una hecatombe.

Siempre se penso que la insuficiencia de recursos financieros constituía el principal obstáculo para el desarrollo del Continente. Pero, si se examina retrospectivamente la década pasada y se analiza la presente coyuntura, inevitablemente se llega a la conclusión de que la sobreabundancia de créditos provistos por la banca privada internacional y su inadecuado uso, sumados a plazos cortos y a altas tasas de interés, constituyen el elemento esencial de la crisis. Cuando la deuda externa se acercaba a la asombrosa cifra de 300.000 millones de dólares y las economías latinoamericanas requerían de divisas, como nunca antes, para importar, pagar intereses y amortizar el capital, en el segundo semestre del año pasado, bruscamente se pasó de la oferta ilimitada de créditos a la escasez absoluta. A estas tendencias debe añadirse el deterioro de las exportaciones de productos básicos por la caída del crecimiento de los países industrializados, por las restricciones que han establecido, por los cambios tecnológicos introducidos en los procesos productivos y por el predominio alcanzado por las transnacionales en el comercio mundial.

Las peculiaridades de la crisis económica actual y las evidentes limitaciones que han demostrado las medidas recomendadas por la ortodoxia económica, cualquiera sea la vertiente ideológica que las inspire, son antecedentes suficientes para llegar a la conclusión de que nos encontramos ante un fenómeno inédito que probablemente demande la formulación de un renovado pensamiento económico. Si a ello se suma el hecho de que las políticas que practican los países industrializados afectan por igual a todas nuestras naciones y que, además, asistimos a la redefinición del sistema económico Internacional que rigió

desde la post-guerra, resulta imperiosa la necesidad de que Latinoamérica este presente en tan decisivo proceso histórico, del que dependerá la superación de la crisis y el futuro desarrollo económico y social.

Cierto que la crisis es de tal magnitud que por momentos parece desbordarnos, pero también es verdad que los pueblos de América Latina y El Caribe poseen las virtuales indispensables para superarla. En su ya larga historia han demostrado una pertinaz voluntad para dominar una generosa pero dura geografía; energía y perseverancia para consolidar los Estados en que se han constituido; amplitud y creatividad para enriquecer su ancestral cultura; imaginación para asimilar y renovar la técnica; aptitud empresarial para llevar adelante nuevas actividades económicas; y espíritu de trabajo y sacrificio. Además la Región posee abundancia de recursos, ha progresado en su desarrollo económico y social y han mejorado los equipos técnicos a cargo de la administración del Estado.

Las difíciles circunstancias que confrontan nuestros países, tornan indispensable la urgente formulación de una respuesta latinoamericana a la crisis, para lo cual será necesario un esfuerzo concertado que permita utilizar a plenitud todas nuestras capacidades, recursos e instituciones.

La CEPAL primero y más tarde el SELA, han prestado invaluables servicios a cada uno de los Estados de América Latina y el Caribe y a la Región en su conjunto. Los estudios de la primera permitieron la conformación de un pensamiento económico propio y ofrecieron soluciones concretas a muchos problemas. El segundo, precisamente fue concebido como una instancia regional, para que los países miembros puedan encontrar respuestas conjuntas a sus comunes dificultades. Ahora, cuando el Continente vive una dramática coyuntura.

parece indispensable que tan autorizados organismos técnicos presten una vez más su contribución.

En consecuencia, señores Secretarios Ejecutivos de la CEPAL y del SELA, a nombre del Gobierno del Ecuador les solicito se sirvan preparar, en el menor tiempo posible, un conjunto de propuestas encaminadas a desarrollar la capacidad de respuesta de América Latina y afianzar sus sistemas de cooperación.

Los aportes de la CEPAL y del SELA, enriquecidos con los que se dignen prestar los gobiernos de la Región, darían lugar a un Programa de Acción que, inscrito en el horizonte de los próximos años, permita enfrentar los graves problemas inmediatos, teniendo siempre en cuenta los objetivos permanentes de justicia, paz y libertad.

Este planteamiento y el pedido que les formulo en esta carta estoy comunicando a los Jefes de Estado de los países latinoamericanos, invitándoles a apoyarlo y a participar en su formulación, en la convicción de que no deben constituir un obstáculo las diferencias ideológicas, políticas, económicas y territoriales que separan a nuestras naciones. Creo que también será necesaria la contribución de los organismos latinoamericanos que, en los campos específicos de su competencia, puedan brindar su valiosa colaboración.

Reciban mi reconocimiento por la benevolente acogida que den a mi requerimiento y mis sentimientos de consideración y aprecio personal.

Afectivamente

Oswaldo Hurtado,
PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE
LA REPUBLICA DEL ECUADOR.

repartição sanitária pan- americana terá escritório de área em brasília

Um novo Acordo entre o Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde foi assinado em Brasília, no dia 20 de janeiro, no Palácio do Itamaraty, pelo Ministro Saraiva Guerreiro e o Doutor Carlos D'Ávila, Diretor do Escritório da OPAS em Brasília.

O Acordo substitui o anterior, de 1951, que regulamentava o funcionamento do Escritório Regional da Repartição no Rio de Janeiro. Tornou-se necessário para dar cobertura legal à transferência da sede do Escritório Regional para Brasília, e para compatibilizar-se à legislação brasileira vigente.

Abrange todos os aspectos da representação da OPAS, regulando privilégios e imunidades dos funcionários, da Sede do Escritório da Área em Brasília e dos escritórios da OPAS no Brasil, e é condizente com a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas e outros acordos similares firmados pelo Governo brasileiro ultimamente.

A Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, é um Organismo especializado interamericano da Organização dos Estados Americanos (OEA), com autonomia técnica para a realização de seus objetivos, e funciona como organismo regional da Organização Mundial de Saúde — OMS, no Continente americano. Sua sede é em Washington.

Atua em quatro áreas principais: controle e erradicação de enfermidades transmissíveis; fortalecimento dos serviços nacionais e locais de saúde; educação e treinamento; e investigações. A fim de colaborar com os governos, oferece assessoramento e assistência técnica e atua também como centro de informação científica e organismo central de coordenação.

Desenvolve vários programas no Brasil, dentre os quais caberia destacar os de "Serviços Básicos de Saúde", o de "Desenvolvimento de Recursos Humanos", o de "Monitoramento da qualidade da Água no Brasil" e o de "Erradicação da Malária", e o combate continental ao "Aedes Aegypti", transmissor da febre amarela.

a visita do chanceler saraiva guerreiro ao gabão, costa do marfim e guiné-bissau

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, realizou visita oficial à República Gabonesa, à Costa do Marfim e à Guiné-Bissau, no período de 14 a 23 de março de 1983, atendendo a convites que lhe foram formulados pelos Governos desses países africanos.

O Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro visitou o Gabão, de 14 a 17 de março; a Costa do Marfim, de 17 a 20 de março; e a Guiné Bissau, de 21 a 23 de março.

Durante as visitas àqueles países, foram realizadas, coincidentemente com a presença do Ministro Saraiva Guerreiro, a Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil-Gabão, em Libreville, a Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim, em Abidjan e a Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiné Bissau, em Bissau. A delegação brasileira a essas reuniões esteve composta de representantes do Itamaraty e de Órgãos Públicos vinculados à cooperação com esses três países, tais como o Ministério da Agricultura, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq e a Fundação da Administração Pública do Estado de São Paulo.

As relações de cooperação entre o Brasil e esses países foram passadas em revista pelas respectivas delegações durante as reuniões das comissões e avaliadas as perspectivas de sua ampliação e desenvolvimento.

Com os três países foram estudadas formas de desenvolver a cooperação nas áreas da agricultura e das pesquisas agrícolas, da industrialização de alimentos, do intercâmbio de tecnologias em culturas tropicais, da pesquisa geológica e de recursos minerais, e de formação profissional.

Foram igualmente, estudadas fórmulas capazes de contribuir para uma maior dinamização do intercâmbio comercial entre o Brasil e esses três países.

A delegação brasileira às três reuniões das Comissões Mistas foi presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, enquanto que os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Gabão, Embaixador Martin Bongo, da Costa do Marfim, Embaixador Simeon Aké e da Guiné Bissau, Samba Lomine Mane chefiaram as delegações de seus países.

despedidas de embaixadores estrangeiros

O Embaixador do **Panamá**, Jorge Emilio Castro Bendiburg, deixou suas funções no Brasil e foi homenageado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, com um almoço no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 31 de janeiro de 1983, ocasião em que recebeu também, do Governo brasileiro, as insígnias da Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

O Embaixador do **Líbano**, Antoine Robert El Dahdah, concluiu sua missão no Brasil e foi homenageado pelo

Chanceler Saraiva Guerreiro, que lhe entregou as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em solenidade realizada no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 3 de fevereiro de 1983.

O Embaixador da **Itália**, Giuseppe Jacoangeli, deixou suas funções no Brasil e foi homenageado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, com um almoço no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 8 de março de 1983. Durante a solenidade, o Chanceler brasileiro entregou ao representante do Governo italiano as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

o encontro dos presidentes joão figueiredo e reynaldo bignone, da argentina mensagem do presidente joão figueiredo ao povo argentino, na véspera de seu encontro com o presidente reynaldo bignone	3
figueiredo a bignone: "o brasil e a argentina honram suas tradições" discursos dos presidentes joão figueiredo e reynaldo bignone, em foz do iguaçu, por ocasião do encontro de trabalho entre os dois chefes-de-estado	4
comunicado à imprensa brasil-argentina comunicado à imprensa, divulgado em foz do iguaçu, a respeito do encontro de trabalho dos presidentes joão figueiredo e reynaldo bignone	7
a visita do ministro dos negócios estrangeiros da finlândia discursos do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e do ministro dos negócios estrangeiros da finlândia, par stenback, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião do almoço oferecido ao chanceler finlandês	9
primeira reunião da comissão nacional para assuntos da aladi discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião da abertura da I reunião da comissão nacional para assuntos da associação latino-americana de integração (aladi)	15
em cartagena, a reunião de coordenação latino-americana do sela discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em cartagena, por ocasião da reunião de coordenação latino-americana dos países membros do sela.	16
brasil envia observador à VII reunião dos países não-alinhados em nova delhi discurso do observador do brasil à VII reunião de países não-alinhados, Sérgio thompson-flores, pronunciado em nova delhi	23
saraiva guerreiro visita o gabão, costa do marfim e guiné-bissau discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em libreville, por ocasião da abertura dos trabalhos da primeira sessão da comissão mista brasil-gabão	29
intensificar o diálogo e a cooperação entre o brasil e o gabão discurso do chanceler saraiva guerreiro, em libreville, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros do gabão, martin bogo	30
a terceira reunião da comissão mista brasil-costa do marfim discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em abidjan, por ocasião da instalação da III reunião da comissão mista brasil-costa do marfim	32
chanceler brasileiro homenageado pelo ministro dos negócios estrangeiros da costa do marfim discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em abidjan, por ocasião do jantar que lhe foi oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros da costa do marfim, simeón aké	33

saraiva guerreiro abre os trabalhos da terceira reunião da comissão mista brasil-guiné-bissau

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em bissau, por ocasião da abertura da III reunião da comissão mista brasil-guiné-bissau

35

saraiva guerreiro em bissau: "alta prioridade nas relações do brasil com a áfrica"

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em bissau, por ocasião da recepção que lhe foi oferecida pelo ministro dos negócios estrangeiros da guiné-bissau, samba lamine mane

37

a terceira sessão da comissão nacional para assuntos antárticos

palavras do chanceler saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião da terceira sessão da comissão nacional para assuntos antárticos (conantar)

41

relações diplomáticas

brasil e belize estabelecem relações diplomáticas

43

designação de embaixadores brasileiros

43

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

43

tratados, acordos, convênios

brasil e espanha desenvolvem cooperação nos setores agrícola, pecuário, florestal, pesqueiro e agroalimentar

acordo, por troca de notas, entre o brasil e a espanha, para constituição de um grupo de trabalho destinado a examinar a cooperação nos setores agrícola, pecuário, florestal, pesqueiro e agroalimentar, assinado no palácio do itamaraty, em Brasília, pelo ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e pelo embaixador extraordinário e plenipotenciário da espanha, francisco javier vallaure

45

acordo para funcionamento do escritório de área da repartição sanitária pan-americana em Brasília

acordo entre o brasil e a repartição sanitária pan-americana, para funcionamento do escritório de área, assinado, no palácio do itamaraty, em Brasília, pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo diretor do escritório da organização pan-americana de saúde (opas) em Brasília, carlos dávila

46

memorando de entendimento entre brasil e estados unidos da américa para cooperação em experimentos aeroespaciais

memorando de entendimento entre brasil e estados unidos da américa, para a cooperação em experimentos aeroespaciais empregando foguetes de sondagem, assinado, no palácio do itamaraty, em Brasília, pelo ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e pelo embaixador norte-americano, langhorne a. motley

48

brasil e marrocos assinam acordo comercial

acordo comercial entre o brasil e o reino do marrocos, assinado, no palácio do itamaraty, em Brasília, pelo ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e pelo ministro marroquino do comércio, indústria e turismo, azedine guessus

49

comunicados e notas

presidente João figueiredo visitará o México

51

mensagens

presidente figueiredo envia mensagem ao primei ro-ministro da índia, indira gandhi	53
na mensagem ao presidente figueiredo, o presidente do equador sugere um proprama de ação latino-americana	53

notícias

repartição sanitária pan-americana terá escritório de área em brasflia	 57
a visita do chanceler saraiva guerreiro ao gabão, costa do marfim e guiné-bissau	57
despedidas de embaixadores estrangeiros	58

